



**Plano de Desenvolvimento Social 2010-2012 –
Reguengos de Monsaraz, aprovado dia 15 de Dezembro de 2009**



“Reguengos de Monsaraz, Um Concelho Solidário para Todos”
(in Propostas de grandes opções de plano 2008-2011, Município de Reguengos de Monsaraz, 2007)

Ficha Técnica

Edição e Propriedade

Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz

Gabinete Acção Social

Avenida Dr. Joaquim Rojão (Antiga Estação da CP)

7200-396 Reguengos de Monsaraz

Telefone: 266 508 170

Fax: 266 508 179

E-mail: gas@cm-reguengos-monsaraz.pt

Página: <http://www.cm-reguengos-monsaraz.pt/>

Redacção

Equipa Técnica da Rede Social de Reguengos de Monsaraz

Equipa de Apoio Técnico - Núcleo Executivo

Carmo Ramos (IEFP-CEE)

Isabel Anunciação (CSRM)

Rosa Campaniço (CDSSE)

M.^a João Romana (FMIVPS)

António Medinas (JFRM)

Sónia Cavaco e Esmeralda Lucena (MRM)

Paula Reis (SCMRM)

Nota de Abertura

O Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Reguengos de Monsaraz elaborado a partir do Diagnóstico Social do Concelho, pretende abranger as intervenções sociais a serem operacionalizadas pelo CLAS e/ou por outros actores locais que desejem vir a desenvolver acções neste âmbito. O Plano de Desenvolvimento Social tem um período de vigência de três anos, tendo início aquando da sua aprovação pelo Plenário do Conselho Local de Acção Social e terminando no final de 2012.

Através do Plano de Desenvolvimento pretende-se contribuir para a erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão social no concelho de Reguengos de Monsaraz, fomentando-se a solidariedade social e otimizando as capacidades de resposta das diferentes entidades.

Um Plano de Desenvolvimento Social é um instrumento de definição conjunta e negociada de objectivos prioritários para a promoção do Desenvolvimento Social Local. O Plano de Desenvolvimento Social é um instrumento que orienta as respostas às necessidades individuais e colectivas.

O seu objectivo é servir de enquadramento a todas as intervenções para a promoção do desenvolvimento social, quer elas sejam elaboradas no âmbito da operacionalização do plano pelo CLAS (através do Plano de Acção), quer elas sejam propostas fora do âmbito do CLAS. Neste sentido, o Plano de Desenvolvimento Social procura vincular as iniciativas de todos os agentes cujo âmbito de actuação tem repercussões no desenvolvimento social do Concelho de Reguengos de Monsaraz.

Índice

Pressupostos teóricos.....	9
Introdução.....	11
Metodologia.....	15
Articulação.....	17
Indicações da Plataforma Supraconcelhia.....	19
Análise SWOT.....	22
Território e Demografia.....	22
Acção Social.....	24
Emprego.....	27
Educação Formação.....	29
Actividades Económicas.....	31
Saúde.....	33
Segurança.....	35
Associativismo, Cultura e Desporto.....	36
Ambiente.....	38
Linhas de Intervenção.....	40
Prioridades de Intervenção Social Estratégica para o Concelho de Reguengos de Monsaraz 2010-2012.....	42
Prioridade de Intervenção n.º 1.....	43
Prioridade de Intervenção n.º 2.....	48
Prioridade de Intervenção n.º 3.....	56
Monitorização, Avaliação e Revisão do PDS.....	60
Anexos.....	62
Anexo 1.....	63
Sessões de Diagnóstico Participado.....	64
Listagem de Participantes.....	64
Resultados.....	65
Anexo 2.....	70
Planos e Programas Estratégicos (Breve descrição).....	71

Pressupostos teóricos

“No que diz respeito ao Desenvolvimento Social, as suas bases foram definidas sobretudo em torno de um conjunto de princípios e de um programa de acção que a Conferência de Copenhaga, em 1995, veio sedimentar e que Portugal também subscreveu. Trata-se por isso de uma noção mais normativa que propriamente teórica ou académica. (...)

Considera-se como pilares do Desenvolvimento Social:

- A erradicação da pobreza, dando especial atenção às situações de pobreza mais extremas, incluindo o acesso ao rendimento e de uma maneira geral, a promoção dos direitos económicos, sociais, culturais e civis; a promoção do emprego, generalizando o direito ao trabalho, dirigindo esforços para a redução do desemprego através da sensibilização do sector mercantil para o seu papel social, do desenvolvimento do mercado social de emprego, da promoção do auto-emprego e do investimento na empregabilidade (dar prioridade à educação e formação);
- A integração social entendida como a construção de uma sociedade justa, fundada na defesa dos direitos humanos, na tolerância, no respeito pela diversidade, na igualdade de oportunidades, na solidariedade, na segurança e participação social, cultural e política de todos, incluindo grupos desfavorecidos e vulneráveis: a protecção e valorização da diversidade étnica, cultural, religiosa, etc; o reconhecimento da importância da família e da comunidade em matéria de integração social e o apoio à dinamização e capacitação das comunidades são algumas das estratégias que poderão contribuir para a prossecução deste princípio.

Estes pilares fundamentais para o Desenvolvimento Social assentam por sua vez, sobre um conjunto de pressupostos:

- 1) Uma noção de Desenvolvimento Sustentável que articula o desenvolvimento social com o desenvolvimento económico e a protecção do ambiente.
- 2) A transparência na administração em todos os sectores, eliminando as formas de discriminação, encorajando as parcerias com organizações livres e representativas da sociedade civil e favorecendo os mecanismos de associação e participação das pessoas, sobretudo daquelas que se encontram em situação de exclusão.” (Núcleo da Rede Social - Departamento de Investigação e Conhecimento do IDS¹, 2002)

¹ IDS- Instituto de Desenvolvimento Social.

Introdução

O presente PDS surge da necessidade de actualização da documentação de suporte à Rede Social de Reguengos de Monsaraz, passados que são nove anos sobre a constituição da Rede Social do Concelho de Reguengos de Monsaraz, e devido à reestruturação das linhas de intervenção do novo Governo Constitucional, eleito em 2009.

O Programa do XVIII Governo Constitucional, para a legislatura 2009-2013, assume três prioridades fundamentais muito claras:

- Relançar a economia e promover o emprego;
- Reforçar a competitividade, reduzir a dependência energética e o endividamento externo, valorizar as exportações, modernizar Portugal;
- Desenvolver as políticas sociais, qualificar os serviços públicos e reduzir as desigualdades.

A documentação de base da Rede Social é constituída por três documentos estruturais, o Diagnóstico Social (DS), o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) e o Plano de Acção (PA). Como suporte existe ainda o Sistema de Informação (SI) que permite a divulgação do trabalho do plenário do CLAS, e de outras parcerias estratégicas, junto à comunidade e junto aos seus diversos agentes.

A actualização do Diagnóstico Social da Rede Social de Reguengos de Monsaraz exigiu a avaliação e actualização das linhas orientadoras do presente PDS.

O PDS tem como objectivos:

- Disponibilizar uma ferramenta social ao serviço da comunidade de Reguengos de Monsaraz, bem como a entidades que intervenham no Concelho de Reguengos de Monsaraz;
- Contribuir para a erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão social no concelho de Reguengos de Monsaraz, fomentando-se a solidariedade social e optimizando as capacidades de resposta das diferentes entidades.
- Dar suporte às intervenções sociais do Concelho de Reguengos de Monsaraz;

O órgão de apoio à elaboração, implementação e avaliação da Rede Social de Reguengos de Monsaraz é o CLAS, constituído pelo:

- Núcleo Executivo (NE) – consiste num grupo de reflexão mais restrito, de 7 elementos, que representam algumas entidades do concelho.
- Plenário – integra a Autarquia local, as Juntas de Freguesia, entidades públicas e privadas sem e com fins lucrativos que trabalham no domínio social e que decidiram aderir livremente, num total de 24 entidades.

Núcleo Executivo

Membros	Representante	Área de intervenção
Centro de Emprego de Évora	M. ^a do Carmo Ramos	Emprego e Formação Profissional
Centro de Saúde de Reguengos de Monsaraz	Isabel Anunciação	Saúde
Centro Distrital de Évora do Instituto da Segurança Social, IP	Rosa Campaniço	Segurança Social
Fundação M. ^a Inácia Vogado Perdigão Silva	M. ^a João Romana	IPSS
Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz	António Medinas	Poder Local
Município de Reguengos de Monsaraz	Sónia Cavaco Esmeralda Lucena	Poder Local
Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz	Paula Reis	IPSS

Plenário do CLAS

Entidade	Representante
ADIM- Associação de Defesa dos Interesses de Monsaraz	Jorge Cruz
Agrupamento Vertical de Escolas do Concelho de Reguengos de Monsaraz	Rui Amendoeira
ALIENDE- Associação para o Desenvolvimento Local	Jorge Coelho
Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Santo António do Baldio	Clara Bernardo
Associação de Solidariedade Social de S. Marcos do Campo	José Tacão Rosado
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Reguengos de Monsaraz	Agostinho Ferreira
Centro de Emprego de Évora	M. ^a João Candeias
Centro de Formação de Artesãos de Reguengos de Monsaraz	Cláudia Martins
Centro de Saúde de Reguengos de Monsaraz	Clara Lourenço
Centro Distrital de Évora do Instituto da Segurança Social, IP	José Alberto Oliveira
Centro Social e Paroquial do Sagrado Coração de Jesus do Campinho	Domingos Barão
Centro Social e Paroquial Nossa Sr. ^a do Rosário	Manuel José Marques
Cooperativa Agrícola de Reguengos de Monsaraz, CRL	Manuel Murteira
Delegação de Évora do Instituto Português da Juventude	Ana Paula Palolo
Fundação M. ^a Inácia Vogado Perdigão Silva	Victor Martelo

Entidade	Representante
Guarda Nacional Republicana	Victor Ribeiro
Junta de Freguesia de Campinho	Luis António Rato Fonseca
Junta de Freguesia de Campo	Jorge Ramalho
Junta de Freguesia de Corval	Inácio Rodrigues Gaspar
Junta de Freguesia de Monsaraz	Jorge Nunes
Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz	António José Medinas
Município de Reguengos de Monsaraz	José Gabriel Calixto
Santa Casa da Misericórdia de Monsaraz	Luis Rocha
Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz	Manuel António Galante

Metodologia

A participação activa dos “stakeholders” municipais sempre foi consensual na Rede Social de Reguengos de Monsaraz, procurando-se, ao longo do tempo, melhorar as ferramentas de promoção da participação, para uma melhor construção do processo de planeamento para o desenvolvimento social concelhio.

A actualização dos documentos, chave de implementação do plano da Rede Social, teve como metodologia de trabalho a investigação-acção² numa modalidade participativa³, com base em técnicas de visualização e reflexão – debate.

O PDS tem com base as seguintes etapas de construção:

- *Identificação de Problemas e Recursos*

Nesta etapa procedeu-se à elaboração do Diagnóstico Social (DS) e sua validação pelo CLAS. Este primeiro instrumento de trabalho auxiliou na identificação dos problemas e recursos existentes no Concelho de Reguengos de Monsaraz. O processo de construção do DS teve como suporte a participação em sessões de diagnóstico participado (Anexo 1), para uma melhor clarificação da situação social do Concelho de Reguengos de Monsaraz actualmente. O trabalho, por objectivos, claro e consensual levou a uma melhor consciencialização e responsabilização sobre os resultados e metas por parte dos parceiros da Rede Social. Importa referir que todas as decisões foram, após discussão, priorizadas e validadas pelos participantes. Toda a informação foi analisada tendo como suporte a ferramenta, análise SWOT, por secção. O DS apresenta-se em documento próprio, pois a sua constante necessidade de estudo e actualização assim o exige. O documento tem um tronco comum e é complementado com o Diagnóstico Sectorial por áreas: Acção Social; Emprego; Educação e Formação; Actividades Económicas; Saúde; Segurança; Associativismo, Cultura e Desporto; Ambiente.

- *Definição de Soluções e mobilização de recursos*

Esta etapa constitui-se de duas fases, a definição de Linhas Orientadoras e a o Plano de Acção (PA). As Linhas orientadoras dão indicação das finalidades, objectivos e estratégias para o Concelho de Reguengos de Monsaraz na área do Desenvolvimento Social. O Plano de Acção, operacionaliza o PDS, através da implementação de programas e projectos concretos. O PA será apresentado em documento próprio.

- *Validação final*

O documento final foi apresentado ao CLAS e após os acertos necessários foi validado.

² Metodologia de Investigação - acção – este processo alterna ciclicamente entre a acção e a reflexão crítica que, de um modo contínuo, apura os seus métodos na recolha de informação e na interpretação que se vai desenvolvendo à luz da compreensão da situação em causa. A sua natureza cíclica é a principal qualidade da investigação – acção. Os ciclos obrigam a investigação – acção a ser flexível e rigorosa, cada ciclo da acção implicando uma reflexão crítica, cada ciclo consistindo num planeamento e uma consequente acção.

³ Modalidade Participativa – A participação é uma necessidade objectiva na investigação – acção, onde também no seu processo de avaliação se pode contar com a colaboração de todos os participantes.

Articulação

O presente Plano para que seja exequível, operacional, acessível e responsável, tem que ser coerente interna e externamente, para tal é essencial a articulação com outros níveis de Planeamento:

- Europeu: Annual Work Programme: grant and contracts; Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social (AECPEs); Estratégia de Lisboa; European Globalisation Adjustment Fund; European Social Foundation (ESF); Política Agrícola Comum (PAC); Política Social 2006-2010; Programme of Community Action in the Field of Health (2008-2013); outros.
- Nacional (Anexo 2): Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social 2008-2010; Sistema Nacional de Qualificação; Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT); Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde (PNAAS); Plano Nacional de Leitura; Plano Nacional de Saúde (PNS) 2004-2010 constituído por 40 Programas Nacionais; Plano Nacional para a Igualdade - Cidadania e Género 2007-2010; Plano tecnológico (PT); Plano Tecnológico de Educação (PTE); Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE); Programa para a Juventude; Programa para o Desporto; Programas Operacionais: do Potencial Humano (POPH), dos Factores de Competitividade (POFC), Temático Valorização do território (POVT) - Política de Desenvolvimento Rural (PRODER), da Cultura; Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI); outros.
- Regional: Cooperação Transfronteiriças de 2ª Geração; Plano de Desenvolvimento Regional (P.D.R.) – INALENTEJO; Plano Regional de Ordenamento do Território (P.R.O.T. Alentejo); outros.
- Local: Acção Social Escolar; Carta Educativa; Grandes Orientações do Plano (GOP); Planos Municipais de Ordenamento do Território (P.M.O.T.) em especial o Plano Director Municipal (P.D.M.); outros.
- Exemplos de algumas entidades que disponibilizam apoios: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação Luso-americana para o Desenvolvimento; Fundação para Ciência e tecnologia; Instituto Camões; Instituto de Ciências Sociais; outros.
- Exemplo de outros Programas: Programa Porta 65; Programa Ambição PME XXI; Programa de apoio à exportação para as empresas agrícolas e agro-industriais; Programa de conforto habitacional para idosos; Programa de formação para Empresários; Programa de Intervenção na área do Turismo; Programa de Mobilidade; Programa Específico de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Social; Programa Estágio ou Emprego-transição; Programa Juventude em Acção; Programa Nacional Melhoria das Acessibilidades nos Serviços Públicos; Programa Nacional para as Alterações Climáticas; Programa Vida-Emprego; Programas de Estágio (INOVJOVEM, INOVSOCIAL, INOVEXPORT, INOVART; INOVCONTACTO); Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos - Iniciativa PROVERE; PROGRESS; PROREABILITA.

⁴ http://www.dgsaude.min-saude.pt/pns/vol2_42.html

Indicações da Plataforma Supraconcelhia

De acordo com as Considerações Finais do “Diagnóstico Social 2009 da Plataforma Territorial Supraconcelhia do Alentejo Central”:

“Como corolário deste Diagnóstico Social, importa destacar as principais conclusões a que se chegou com a elaboração deste instrumento de planeamento, o qual, certamente, irá ajudar a avaliar a situação actual e a perspectivar as estratégias de intervenção que se pretendem desenvolver, tendo em vista a promoção do desenvolvimento social local.

Relativamente à rede de serviços, equipamentos e respostas sociais, observa-se que o Distrito regista algumas carências e assimetrias concelhias que importa ultrapassar. Neste sentido, as taxas de cobertura constituem um indicador fundamental na decisão da localização prioritária de novos equipamentos e respostas sociais. Outra ferramenta de suporte à decisão de localização dos investimentos passa pela georeferenciação dos equipamentos sociais, permitindo visualizar com maior rigor os territórios mais fragilizados.

No que diz respeito às respostas sociais na área da infância, continuam a verificar-se lacunas de respostas de guarda de crianças fora do período diurno dos dias úteis quer para crianças dos 0 aos 6 anos (creche e educação pré-escolar) quer para crianças em idade escolar (1º e 2º ciclos), pese embora se assista ao desenvolvimento de postos de trabalho em regime nocturno e em fins-de-semana e feriados, decorrente nomeadamente da expansão da rede hoteleira e das grandes superfícies comerciais. Também se verifica que as respostas para crianças e jovens em situação de risco são insuficientes face às problemáticas existentes, bem como a oferta de respostas de apoio ao desenvolvimento das competências parentais e familiares.

Ao nível das respostas para a população deficiente constata-se grandes assimetrias a nível da sua cobertura geográfica, concentrando-se as respostas exclusivamente nos concelhos de Évora, Estremoz, Montemor-o-Novo e Reguengos de Monsaraz, sem paralelo nos restantes concelhos.

No tocante às respostas sociais para idosos e pessoas em situação de dependência, subsiste a necessidade de reforçar e qualificar as respostas para idosos, sobretudo os Serviços de Apoio Domiciliário, em razão da necessidade de se potenciarem os meios que permitam protelar a institucionalização do idoso. Quanto às respostas criadas no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), considera-se que se deverá continuar a apostar na expansão de unidades de internamento e na criação de unidades de ambulatório e equipas domiciliárias.

Assim, deve ser dada prioridade ao *alargamento e qualificação dos equipamentos e respostas sociais* quer para a infância e juventude, quer para a população idosa (lares de idosos, centros de dia e serviços de apoio domiciliário) e em situação de dependência (cuidados continuados), por se tratarem de respostas fulcrais no que diz respeito à conciliação entre a actividade profissional e a vida pessoal e familiar.

Acresce referir que, no âmbito da economia social, a expansão da rede de equipamentos e respostas sociais constitui um importante nicho de mercado face à actual conjuntura económico-social, com o crescente agravamento das situações de desemprego, conforme fica demonstrado na análise aqui efectuada, com base nos dados estatísticos disponibilizados pelo IEFP.

Tendo em conta o progressivo aumento do desemprego, a elevação dos níveis de escolaridade e qualificação dos recursos humanos deverá ser uma prioridade, procurando adequar-se a formação quer às necessidades do mercado de trabalho quer aos projectos planeados ou anunciados para o Distrito, designadamente na área do turismo.

Embora se desconheça como a crise actual irá influenciar os grandes investimentos planeados ou anunciados para este território, considera-se que os mesmos devem merecer uma atenção especial, por se tratarem de projectos estruturantes para a região, potenciadores da criação de riqueza e de postos de trabalho.

Com efeito, prevê-se que até 2015 a dinâmica empresarial do Alentejo Central possa vir a conhecer impactos muito positivos resultantes da implementação de investimentos estruturantes para este território, nomeadamente projectos infraestruturais e empresariais, como a criação dos novos aeroportos (Lisboa (Alcochete) e Beja), a construção do eixo ferroviário Sines/Évora/Elvas e a implementação do Caminho-de-Ferro de Alta Velocidade do Eixo Lisboa/Madrid com paragem em Évora. Também a implementação de projectos na área do turismo residencial e da hotelaria de luxo, no concelho de Évora (rentabilizando o facto de a cidade ser um significativo pólo de atracção turística) bem como, nos concelhos da Zona do Regolfo do Alqueva, a concretizarem-se, irão potenciar o Alentejo Central como destino turístico ímpar.”

Análise SWOT

Território e Demografia

Interno	
<p>Forças: instrumentos, serviços, projectos em curso, instituições, recursos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ganhos migratórios registados nos últimos anos na sede de concelho; - Acessibilidade interna e externa; - Proximidade a Espanha e capital de distrito (Évora); - Aumento do número de famílias residentes, clássicas e institucionais; - Aumento de emigrantes dos países de Leste e Lusófonos; - Aumento do número de emigrantes nas actividades agrícolas; - Projectos transfronteiriços (Almendralejo, RITECA); - CCDRA (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Alentejo); - Programas /Projectos de Intervenção na área da Habitação: SOLARH; PROHABITA; - Existência de cobertura das infra-estruturas básicas (rede de esgotos, saneamento e tratamento de águas residuais); - Existência de um parque habitacional social; 	<p>Fraquezas: prioridades de intervenção, necessidade prioritária</p> <ul style="list-style-type: none"> - Insuficiente capacidade de fixar recursos humanos, nas freguesias rurais; - População idosa com grande índice de dependência; - Rede de transporte reduzida e condicionada pelo calendário escolar; - Elevada percentagem de residentes empregados ou a estudar fora do Concelho; - Indicadores demográficos negativos comparativamente com o país e com a Região Alentejo; - Inexistência de incentivos com vista à fixação de jovens no Concelho; - Mercado de arrendamento limitado e com rendas elevadas. - Existência de construções “abarracadas”. - Carência ao nível das condições de habitabilidade de algumas famílias; - Existência de pedidos de apoio ao nível de obras de recuperação e melhoramento das condições de habitabilidade;
Externo	
<p>Oportunidades: parceiros, potencialidades, financiamentos possíveis</p> <ul style="list-style-type: none"> - Valorização do território (qualidade paisagística e ambiental) e das gentes; - Capacidade de atracção demográfica da sede do concelho; - Existência de novos loteamentos habitacionais; - Existência de projectos na Autarquia, com vista à construção de 60 fogos de habitação social; - Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal 2007-2013; - POVT. - Instituto Habitação e Reabilitação Urbana - PROHABITA; 	<p>Ameaças: obstáculos, debilidades, riscos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Envelhecimento da população; - Perda de património natural e paisagístico; - Persistência da concentração de população na sede de concelho; - Atracção populacional e económica de Évora, capital de distrito; - Aumento da tendência crescente de estreitamento da base e alargamento do topo da pirâmide etária. - Aumento do número de casas abandonadas; - Aumento de pedidos de apoio para habitação ou melhoramento habitacional;

Acção Social

Interno	
<p>Forças: instrumentos, serviços, projectos em curso, instituições, recursos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existência de equipamentos de apoio social diversificados, dirigidos a diferentes públicos-alvo: <ul style="list-style-type: none"> - Crianças e jovens, pessoas idosas, pessoas adultas com deficiência, pessoas em situação de dependência, família e comunidade em geral, e outras respostas pontuais; - Existência de: ATL, Ludoteca, Espaço Criança, Creche, Equipa de Intervenção Precoce, Lar de Jovens, CPCJ, Quinta Pedagógica, Empresa de Inserção, Lar Residencial, CAO, UAI, PAF, Apoio domiciliário integrado, Centro de convívio, Centro de dia, Lar de idosos, Serviço de apoio domiciliário; - Quatro freguesias com respostas ao nível de equipamentos sociais; - Existência de voluntariado social; - Gabinete de Acção Social (GAS) municipal; - Serviço de atendimento local da Segurança Social com Técnica a tempo inteiro; - Existência de várias medidas de apoio social; - PNAI; - Rede Social; 	<p>Fraquezas: prioridades de intervenção, necessidade prioritária</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ausência de equipamentos sociais na freguesia de Monsaraz; - Incapacidade de resposta familiar/ Falta de apoio familiar aos idosos; - Aumento da população idosa/Envelhecimento da população; - Baixos rendimentos/pensões e outras prestações; - Encargos elevados com a saúde na 3ª idade; - Baixa qualificação profissional do pessoal auxiliar de apoio à 3ª idade; - Falta de rede de transportes público eficaz no concelho; - Aumento do número de famílias que procuram apoio social; - Questões culturais: a aceitação da situação e conformismo; - Ausência de expectativas face à inércia do sistema; - Sobreendividamento, Facilitismo do crédito; - Consumismo, má gestão dos recursos económicos; - Precariedade de vida de algumas famílias em termos económicos e habitacionais; - Rendas de casa elevadas, não facilitam o arrendamento; - Fraco mercado de arrendamento; - Falta de respostas na inserção de algumas pessoas de etnia cigana e outros;
Externo	
<p>Oportunidades: parceiros, potencialidades, financiamentos possíveis</p> <ul style="list-style-type: none"> - Levantamento da situação dos idosos do concelho, e dos programas existentes/Sondagem à população sobre as suas necessidades; - Unidade de Saúde da FMIVPS; - Creche da FMIVPS; - Eliminação de barreiras arquitectónicas; - Mercado de arrendamento; - Maior e melhor trabalho em parceria; - Optimização dos serviços prestados pelas instituições de natureza social; - Sensibilizar/Formar sobre: <ul style="list-style-type: none"> -Orçamento familiar, gestão dos recursos económicos; - Políticas de marketing existentes; -Acesso e perigo do crédito fácil; Outras áreas pertinentes - Utilizar os meios de comunicação social locais, os eventos locais e os mais novos como “veículos” da informação para reverter os hábitos de consumo; - Parcerias com REAPN (Rede Europeia Anti-Pobreza); - DECO; ANDC; Entidades bancárias locais; - Existência da Rede Social; - Criação de equipamentos sociais na freguesia de Monsaraz; - PARES; MODELAR; PRODER; PROHABITA; AECPEs; - III Plano Nacional para a Igualdade — Cidadania e Género; 	<p>Ameaças: obstáculos, debilidades, riscos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumento da procura de serviços à terceira idade, sobretudo para os mais idosos e dependentes; - Carência de apoio familiar e aumento do isolamento pessoal e social; - Insuficiência de rendimentos face à dimensão da família e dos encargos; - Desemprego; - Baixa qualificação escolar e profissional da população; - Situação de maior vulnerabilidade à pobreza e exclusão social dos idosos que recebem pensões baixas; - Discriminação; - Sobrecarga de reuniões dos técnicos envolvidos nas diferentes parcerias na área social.

Emprego

<p>Interno</p>	
<p>Forças: instrumentos, serviços, projectos em curso, instituições, recursos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existência do serviço descentralizado do centro de emprego com periodicidade semanal; - Existência de um GIP (Gabinete de Inserção Profissional), com atendimento diário; - Existência de um Pólo do Centro de Formação Profissional de Évora; - Existência de dois CNO (Centros de Novas Oportunidades); - Existência de estruturas de formação profissional acreditadas, privadas e públicas, pela DGERT (Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho) com área de intervenção no concelho; - Existência do GAD (Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento) - Existência de sete IPSS no Concelho; - Existência da CARMIM, a maior adegas cooperativa do país; - Novo pacote de medidas específicas e transitórias de apoio e estímulo ao emprego (Portaria n.º 130/2009, de 30 de Janeiro). 	<p>Fraquezas: prioridades de intervenção, necessidade prioritária</p> <ul style="list-style-type: none"> - Crescimento do desemprego; - Falta de aposta dos empresários locais em acções de formação e de actualização profissional; - Baixas qualificações escolares e profissionais de quem procura o Centro de Emprego; - Pouca qualificação média/ Falta de formação/ Deficiente Formação; - Falta de oferta de emprego; - Desmotivação/Falta de empreendedorismo; - Inexistência de empresas dos vários sectores de actividade o Concelho; - Sectores agrícola, da construção e da olaria em crise.
<p>Externo</p>	
<p>Oportunidades: parceiros, potencialidades, financiamentos possíveis</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formação interna nas empresas; - Criação de postos de trabalho; - Incentivo à criação do próprio posto de trabalho; - Feiras de Emprego, Maior divulgação das medidas de emprego existentes; - Qualificação de recursos humanos (formação escolar/profissional, em áreas que se apliquem às actividades do Alentejo); - Existência de actividades tradicionais; - Futuro Centro de Inovação e Desenvolvimento (Cid). - Melhor articulação entre as entidades: - IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional - CNO e Entidades formadoras. - IAPMEI, ADRAL, ANJE, AJASUL. - Empresários Locais. - Estabelecimentos de ensino. - Estruturas locais (GAD e associações de empresários). - Apostar no Ambiente, Turismo; - Revitalização do artesanato (olaria, mantas), construção, e agricultura. - QREN 2007-2013: - POFC. - POPH. - POVT. - PORA- INALENTEJO - PRODER - INTERREG IVC- ERIK ACTION - Novo pacote de medidas específicas e transitórias de apoio e estímulo ao emprego (Portaria n.º 130/2009, de 30 de Janeiro). 	<p>Ameaças: obstáculos, debilidades, riscos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Crescimento do desemprego registado; - Inadequação da mão-de-obra qualificada relativamente às necessidades do mercado; - Falta de informação acerca de incentivos existentes para criação de emprego; - Falta de iniciativa na criação do próprio emprego.

Educação Formação

Interno	
<p>Forças: instrumentos, serviços, projectos em curso, instituições, recursos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existência do Conselho Municipal de Educação e Carta Educativa; - Existência do Agrupamento Vertical de Escolas de Reguengos de Monsaraz; - Existência da EBI de Reguengos de Monsaraz; - Existência da Escola Secundária Conde de Monsaraz; - Existência de um CLA da Universidade Aberta; - Existência do Conservatório Regional do Alto Alentejo; - Boa localização geográfica do concelho relativamente aos centros Universitários (Évora e Beja); - Existência de turmas PIEF; - Existência de actividades extra-curriculares para os alunos do primeiro ciclo de todo o concelho (Apoio ao Estudo, Inglês, Actividade Física e Desportiva e o Ensino da Música); - Existência de Componente de Apoio à Família (Para a Educação Pré-escolar e Primeiro Ciclo, com a vertente de almoços e prolongamentos de horário) em todo o Concelho; - Existência de Biblioteca Municipal, e escolares; - Boa cobertura da educação pré-escolar e de 1º ciclo - disponível em todas as freguesias; - Corpo docente estável nos estabelecimentos de ensino do Concelho; - Existência de formação contínua para pessoal docente e não docente; - Grande diversidade de actividades de Desporto Escolar; - Existência de um Pólo do Centro de Formação Profissional de Évora; - Existência de um CNO (Centro de Novas Oportunidades); - Existência de estruturas de formação profissional acreditadas, privadas e públicas, pela DGERT (Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho) com área de intervenção no concelho; - Existência de Equipa de Intervenção Precoce e de CPCJ; - Equipamentos desportivos adequados; - Mais mulheres que homens no ensino superior; - Subida da taxa de aproveitamento média e descida da taxa de abandono; - Atribuição de bolsas de estudo pelo Município; - Existência de uma associação de estudantes na ESCM. - Quinta Pedagógica de S. José. 	<p>Fraquezas: prioridades de intervenção, necessidade prioritária</p> <ul style="list-style-type: none"> - Taxa de analfabetismo de 17,1% em 2001; - Taxa de mulheres analfabetas e sem nenhum nível de ensino é superior à taxa de homens na mesma situação; - Baixa frequência da população no Ensino secundário e superior; - A maioria da população activa tem apenas o 1º ciclo do ensino básico; - Abandono verifica-se com maior intensidade no ensino secundário; - Concelho com o maior número de abandonos no Alentejo central; - Espaço envolvente à EBI pouco cuidado e agradável; - Inexistência de associações de pais; - Baixa qualificação escolar da população; - Decréscimo do número de alunos, com especial incidência para as freguesias; - Desresponsabilização de alguns encarregados de educação relativamente ao percurso escolar dos seus educandos; - Fraca valorização da escola por parte de algumas famílias; - Falta de pessoal não docente nos estabelecimentos de ensino do Concelho; - Falta de recursos humanos no âmbito do ensino especial; - Menos homens que mulheres no ensino superior; - Falta de condições da Biblioteca Municipal.
Externo	
<p>Oportunidades: parceiros, potencialidades, financiamentos possíveis</p> <ul style="list-style-type: none"> - Centro Escolar de Reguengos de Monsaraz; - Aparecimento de associação de Pais; - Novo espaço para a Biblioteca Municipal na sede de concelho; - Existência de um Pólo do Centro de Formação Profissional de Évora; - Existência de um CNO (Centro de Novas Oportunidades); - Existência de estruturas de formação profissional acreditadas, privadas e públicas, pela DGERT (Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho) com área de intervenção no concelho; Quinta Pedagógica de S. José. - QREN 2007-2013: POPH; INALENTEJO - Erasmus, Sócrates, Leonardo, Grundtvig; 	<p>Ameaças: obstáculos, debilidades, riscos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fraca valorização da escola por parte de alguns familiares e alunos; - Alguma instabilidade na colocação de professores; - Pouco movimento associativo no ambiente escolar (alunos e pais).

Actividades Económicas

Interno	
<p>Forças: instrumentos, serviços, projectos em curso, instituições, recursos</p> <ul style="list-style-type: none"> - GAD - AJASUL - ADIM- Entidade Dinamizadora do PRODER - Implementação do FAME no Concelho (apoio às micro e pequenas empresas); - Agro-productos de qualidade e marcados por uma forte tradição local (pão, queijo, vinho, doçaria, ...); - Boa qualidade da gastronomia e do artesanato (olaria e mantas); - Existência de recursos turísticos e culturais (museus, igrejas, hotelaria, restauração...); - Concelho rico em património histórico e cultural; - 4º Concelho do Alentejo Central com mais empresas instaladas; - Dinamização de recursos e actividades turísticas; - Projectos PIN na área do turismo; - Solos com qualidade para a prática agrícola; - Proximidade da Cidade de Évora; - Levantamento do tecido empresarial do Concelho; - Rota do Vinho, Rota dos Sabores, Artes do Alentejo; - Linhas de crédito para turismo e restauração; 	<p>Fraquezas: prioridades de intervenção, necessidade prioritária</p> <ul style="list-style-type: none"> - Debilidade do tecido empresarial; - Fraco dinamismo empresarial; - Ausência de uma rede de relações formais e/ou informais, a nível local, entre actores institucionais e agentes económicos; - Inexistência de sistemas de financiamento adequados às micro e pequenas empresas; - Ausência de espírito empreendedor; - Baixa qualificação escolar e profissional dos recursos humanos; - Forte concorrência da sede de distrito; - Escassa oferta de emprego no concelho; - Falta de estruturas de apoio/consultoria aos empresários e empreendedores (marketing, gestão, ambiente, segurança...); - Fraca divulgação das potencialidades do Concelho a nível empresarial; - Baixa capacidade de inovação e mudança; - Dificil acesso à informação de actividades inovadoras assim como no contacto com as mesmas.
Externo	
<p>Oportunidades: parceiros, potencialidades, financiamentos possíveis</p> <ul style="list-style-type: none"> - Turístico, ambiente e tradição; - Dinamização de recursos e actividades turísticas; - Existência de produtos turísticos de crescente procura; - Projectos PIN na área do turismo; - Actividades associadas à barragem de Alqueva; - Expansão da ZI; - Dinamização dos equipamentos existentes na área da hotelaria e restauração; - Associativismo empresarial; - Divulgação das potencialidades do concelho a nível empresarial; - Melhoria das infra-estruturas e espaços destinados à instalação de empresas, com aplicação de medidas atractivas; - Expansão e revitalização de culturas e produtos tradicionais (olival, vinha, searas...); - Certificação de produtos típicos e tradicionais de qualidade; - Consultoria especializada; - Potencial de crescimento para os produtos mediterrânicos (mercado) - Qualidade e diversidade dos produtos tradicionais - Aumento da área irrigada/Projecto de Alqueva - Elevado grau de preservação ambiental - Dinâmica empresarial no sector agro-alimentar - Estrutura fundiária – dimensão da exploração - Rota do Vinho, Rota dos Sabores, Artes do Alentejo; - GAD; - CID- Centro de Inovação e Desenvolvimento; - ADRAL- Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A; - Rede Cultural que integra os projectos da Casa da Roda e o Centro de Informação Multimédia em Monsaraz; - Rede Comercial com o projecto de requalificação do Mercado Municipal de Reguengos de Monsaraz e o Festival "Terras de Sol"; - Implementação do FAME no Concelho (apoio às micro e pequenas empresas); - Apoios e incentivos ao empreendedorismo: QREN; INALENTEJO, PRODER. 	<p>Ameaças: obstáculos, debilidades, riscos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Projectos relacionados ao Alqueva sofrerem atrasos; - Concorrência dos concelhos limítrofes na atracção de investimentos; - Desistência dos artesãos das suas actividades tradicionais; - Concorrência e competitividade externa; - Insuficiência de técnicos especializados nas diversas áreas culturais; - Recursos culturais e recreativos não rentabilizados. - Tecido empresarial agrícola muito envelhecido, pouco qualificado e descapitalizado - Forte resistência ao associativismo e à cooperação - Desertificação do mundo rural - Volatilidade e sustentabilidade das Políticas agrícolas - Fraca integração das fileiras agrícolas

Saúde

Interno	
<p>Forças: instrumentos, serviços, projectos em curso, instituições, recursos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existência de um centro de saúde na sede de concelho; - Grupo de voluntariado do centro de saúde; - USF, Serviços Psicologia e Serviço Social; - Existência de extensões do centro de saúde em todas as freguesias; - Boa acessibilidade às extensões do centro de saúde; - Hospital Distrital a uma média de 38 km de distância; - 4 Farmácias e um posto de medicamentos; - Núcleo de dadores de sangue; - Lar para acolhimento de cidadãos portadores de deficiência; - Várias clínicas privadas; - Existência de saúde escolar; - Existência de prestação de cuidados no domicílio; - Parceria entre o CRI (Centro de Respostas Integradas) e o Centro de Saúde; - Concelho com classificação verde pelo IDT. - Centro de Respostas Integradas (CRI) de Évora: Equipa Técnica Especializada de Prevenção do CRI de Évora; Equipa Técnica Especializada de Tratamento de Évora; - Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência de Évora - Canil Municipal; - Plano Nacional da Saúde 2004-2010; - Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados. 	<p>Fraquezas: prioridades de intervenção, necessidade prioritária</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inadequação das instalações dos serviços (extensões) de saúde; - Falta de qualidade nas estruturas já existentes (desorganização, falta de recursos humanos e falta de formação dos RH); - N.º de médicos por 10.000 habitantes muito inferior ao n.º do país e da região; - Funcionamento da Consulta Aberta que funciona das 8:00h às 22:00 h dias úteis, e das 8:00h às 20:00h aos fins-de-semana e feriados. - Taxa de mortalidade infantil superior à da região; - Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório, por tumores malignos, superior às taxas a nível nacional e regional; - Falta de acções de sensibilização para a população, sobre as doenças mais comuns e mais mortais; - Falta de articulação e parceria entre os serviços locais relacionados com a saúde; - Falta de informação/divulgação dos programas de apoio de saúde; - Falta de prevenção e intervenção nas áreas ligadas à toxicodependência; - Centralização das farmácias na sede de concelho;
Externo	
<p>Oportunidades: parceiros, potencialidades, financiamentos possíveis</p> <ul style="list-style-type: none"> - UCC; Equipa Cuidados Continuados Integrados; - Apostar na prevenção; - Aumentar, melhorar, reorganizar os recursos da saúde; - Criação de meios de diagnóstico locais; - Eliminar as barreiras arquitectónicas; - Sensibilizar para o voluntariado; - Encaminhamento de jovens/adultos em risco para o CRI; - Quadro de profissionais estável e com longa experiência de trabalho com a comunidade; - Incrementar e divulgar, políticas de educação para a restrição do consumo de álcool (âmbito familiar e público); - Parcerias com: CPCJ, Rede Social, Intervenção Precoce, Lar de pessoas com deficiência, CRI Évora; - Unidade Cuidados Continuados Integrados (actual UAI); - InAlentejo – Programa Operacional do Alentejo 2007-2013; - Programa Modelar; - Alto Comissariado para a Saúde: Programa do XVII Governo Constitucional; - Plano Nacional para a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool 2009 – 2012. 	<p>Ameaças: obstáculos, debilidades, riscos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Agravamento das patologias geriátricas associadas ao envelhecimento; - Centralização dos recursos humanos especializados nas áreas metropolitanas; - Hábitos de consumo assimilados pela população

Segurança

Interno	
<p>Forças: instrumentos, serviços, projectos em curso, instituições, recursos</p> <ul style="list-style-type: none">- Criminalidade com baixo grau de violência;- Articulação com outras instituições existentes no concelho;- Programas dinamizados pela GNR no Concelho de Reguengos de Monsaraz:<ul style="list-style-type: none">• Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente• Programa de apoio a vítimas de violência Doméstica• Programa Escola Segura• Programas de Segurança:<ul style="list-style-type: none">▪ Para a comunidade▪ Fora de casa▪ Na sua casa	<p>Fraquezas: prioridades de intervenção, necessidade prioritária</p> <ul style="list-style-type: none">- Crimes de condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2 g/l;- Crimes contra a integridade física;- Crimes contra o património;- Instalações do Posto de Telheiro;- Insuficiência em termos de denúncias de pequenos delitos e de violência a todo o nível;- Existência de zonas sociais problemáticas;- Ausência de prevenção (Rodoviária, consumo de drogas e álcool, ambiental, burlas);
Externo	
<p>Oportunidades: parceiros, potencialidades, financiamentos possíveis</p> <ul style="list-style-type: none">- Existência de 2 postos da GNR;- Existência de várias equipas (EPNA, NMUME, Escola Segura, Segurança solidária);- Prevenção (Rodoviária, consumo de drogas e álcool, ambiental, burlas);- Conselho Municipal de Transito;- Integração de vários projectos comunitários: Rede Social, CPCJ, Intervenção Precoce, Conselho Municipal de Educação.	<p>Ameaças: obstáculos, debilidades, riscos</p> <ul style="list-style-type: none">- Falta de recursos económicos;- Aumento da criminalidade.

Associativismo, Cultura e Desporto

Interno	
<p>Forças: instrumentos, serviços, projectos em curso, instituições, recursos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existência de espaços culturais e/ou desportivos em todas as freguesias; - Existência de 46 entidades não governamentais, com oferta bastante diversificada de actividades; - Existem mais de 15 modalidades desportivas em actividade no Concelho; - Existência de actividades desportivas e culturais na escola para as crianças e jovens; - Riqueza em património histórico e arqueológico; - Artesanato local (olaria, mantas, etc); - Existência da Divisão de Acção Cultural, Educação, Desporto e Acção Social municipal; - Existência de espaços Internet gratuitos em todo o Concelho; - Espírito de voluntariado e de "carolice"; - "Cante Alentejano"; - Produtos tradicionais (vinho, azeite, licores, compotas) e existência de recursos turísticos (agroturismo, ecoturismo, enoturismo, turismo rural, turismo de aldeia). - Dinamização do Programa OTL; - Exponautica, Exporeg, Monsaraz Museu Aberto; - Festas e romarias locais; - Delegação de Évora do Instituto Português da Juventude; - Conservatório do Alto Alentejo; Universidade Sénior; CLA Universidade Aberta. 	<p>Fraquezas: prioridades de intervenção, necessidade prioritária</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de Identidade cultural dos mais jovens; - Falta de jovens nos grupos corais alentejanos existentes; - Inexistência de associações juvenis registadas no RNAJ; - Pouco envolvimento associativo da população; - Pouco envolvimento da população na dinâmica cultural; - Escassos recursos humanos e financeiros.
Externo	
<p>Oportunidades: parceiros, potencialidades, financiamentos possíveis</p> <ul style="list-style-type: none"> - Associação juvenil - Existência de várias escolas no Concelho (música, dança, futebol, ginástica, basquetebol, equitação, artes marciais, natação, pólo aquático); - CLA Universidade Aberta; - Riqueza da cultura e tradições locais; - Ecopista - Parque Desportivo - Programas de apoio ao Associativismo, Desporto e cultura: QREN <ul style="list-style-type: none"> - Cultura: Programa Cultura (2007-2013); - Desporto: Programa Operacional Valorização Território (POVT) - Eixo prioritário IX; - Juventude: Programas de apoio ao associativismo jovem; PAJ - Programa de Apoio Juvenil; PAI - Programa de Apoio Infra-estrutural; PAE - Programa de Apoio Estudantil; Programa Formar; Programa Juventude em Acção; Porta 65; Programas de mobilidade; - Turismo: Sistemas de Incentivos do Quadro de Referência Estratégico Nacional. Programas Erasmus, Sócrates, Leonardo, Grundtvig; - Direcção-Geral das Artes; Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas; Direcção-geral dos Arquivos; Instituto do Cinema e do Audiovisual; Instituto Português do Património Arquitectónico; Instituto Português de Arqueologia; Secretaria de Estado da Juventude e Desporto. 	<p>Ameaças: obstáculos, debilidades, riscos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Insuficiência de técnicos especializados nas diversas áreas culturais; - Inexistência de intercâmbio intergeracional dos costumes, hábitos, estória e tradição; - Mau estado de conservação de algumas instalações associativas; - Funcionamento das associações marcada pelo voluntariado; - Escassos recursos humanos e financeiros; - Falta de articulação entre as instituições; - Pouca rentabilização dos recursos culturais e recreativos.

Ambiente

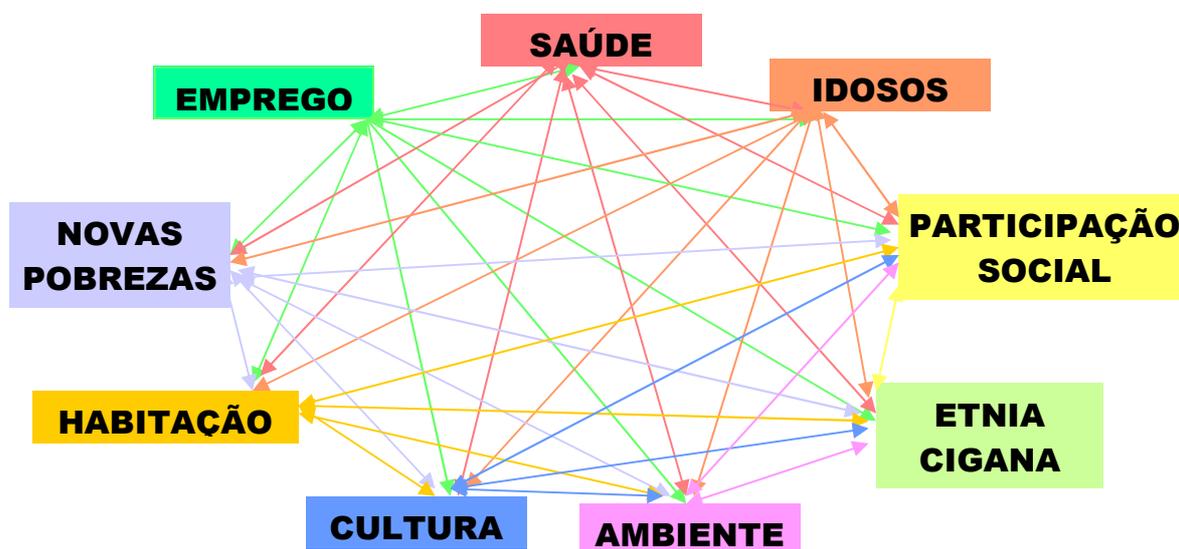
Interno	
<p>Forças: instrumentos, serviços, projectos em curso, instituições, recursos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Boa qualidade ambiental; - Existência de espaços com recursos naturais e paisagísticos; - Presença de áreas de interesse ambiental elevado; - Proximidade do Grande Lago "Alqueva"; - Existências de ETAR e ETA; - Existência de várias entidades ligadas a actividades desportivas e a eventos desportivos relacionados com a natureza e os seus recursos; - Existência de jardim com parque de diversões, coreto e local de merendas; - Existência de uma Quinta Pedagógica; - Recolha selectiva de lixo no Concelho; - Existência de ecopontos e recolha de lixo em todo o Concelho; - Óptimas condições para a utilização da energia solar; - Canil Municipal; - Ponto electrão; 	<p>Fraquezas: prioridades de intervenção, necessidade prioritária</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fraca sensibilização ambiental à população em geral; - Pouco rigor na utilização do recurso água e na separação selectiva do lixo por parte da população; - Inexistência de ONGA ou entidade equiparada; - Não existência de Agenda 21 Local; - Poucos incentivos para a utilização de energias renováveis; - Poucos recursos humanos na área do ambiente; - Existência de algumas pequenas lixeiras; - Via-férrea desactivada; - Inexistência de parque de campismo;
Externo	
<p>Oportunidades: parceiros, potencialidades, financiamentos possíveis</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aproveitamento dos recursos cinegéticos e piscatórios; - Valorização do território (qualidade paisagística e ambiental) e das gentes; - Criação de uma ONGA ou entidade equiparada; - Eco turismo; - Dinamização do jardim com parque de diversões, coreto e local de merendas; - Criação de parque de campismo; - Aproveitamento dos recursos da Barragem do Alqueva; - Qualidade ambiental; - Criação de estruturas de animação na área do ambiente e dinamização dos espaços verdes; - Utilização da energia solar; - Aproveitamento da via-férrea desactivada (ecopista e ciclovia); - PRIVETUR - Associação Portuguesa de Turismo no Espaço Rural; - EUROGITÉS- Federação Europeia de Turismo rural - Agência Portuguesa do Ambiente; - QUERCUS- Núcleo de Beja e Évora; - QREN 2007-2013: <ul style="list-style-type: none"> - POFC. - POPH. - POVT. - PORA. - PRODER 	<p>Ameaças: obstáculos, debilidades, riscos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de informação sobre os problemas ambientais; - Falta sensibilização de uma parte da população sobre a reciclagem e importância da separação do lixo; - Pouco envolvimento associativo da população.

Linhas de Intervenção

No âmbito dos pressupostos da Rede Social o PDS assenta numa visão multisectorial, que advém do DS e das prioridades estratégicas para o Concelho. Os problemas identificados serão a guia de trabalho das dinâmicas de intervenção social propostas para o Concelho.

O CLAS identificou como prioritárias as seguintes áreas:

1. Emprego
2. Saúde e Idosos
3. Novas Pobrezas
4. Etnia Cigana
5. Habitação
6. Cultura, Ambiente e Participação Social



Objectivo Global:

- Promover o desenvolvimento sócio-económico sustentado do Concelho de Reguengos de Monsaraz.

Objectivos Específicos/ Prioridades de intervenção:

- Combater eficaz e eficientemente a pobreza e exclusão social no Concelho de Reguengos de Monsaraz;
- Melhorar as condições de vida das famílias desprotegidas no Concelho de Reguengos de Monsaraz;
- Promover o movimento solidário, cívico e de cidadania no Concelho de Reguengos de Monsaraz.

Objectivos Transversais:

- Promover o trabalho em parceria entre os agentes locais do Concelho de Reguengos de Monsaraz;
- Promover a igualdade de oportunidades e de género no Concelho de Reguengos de Monsaraz.

Prioridades de Intervenção Social Estratégica para o Concelho de Reguengos de Monsaraz 2010-2012

Prioridade de Intervenção n.º 1: Combater eficaz e eficientemente a pobreza e exclusão social no Concelho de Reguengos de Monsaraz

Área: Emprego

Problema	Objectivo Geral	Objectivos Específicos	Meta	Indicadores	Responsáveis	Parceiros	Cronograma	Fontes de Financiamento
Desemprego/ Emprego Precário	Apoiar a população desempregada nos novos projectos de vida. Promover a igualdade de género no acesso ao mercado de trabalho	Divulgar as medidas sociais e de emprego existentes.	Realizar um mínimo de 5 sessões públicas por ano, para divulgação e esclarecimento das medidas sociais e de emprego disponíveis para desempregados.	N.º de Sessões realizadas; N.º de participantes.	Centro de Emprego de Évora Centro de Formação de Évora - Pólo de RMZ Município de RMZ-GAD, GIP PartnerHotel	2 CNO de RMZ ANDC Entidades Bancárias Escola Secundária Conde de Monsaraz IEFP IPJ Juntas de Freguesia do Concelho Município de RMZ – GIP Politécnicos Segurança Social Universidades Associações Empresários locais	2010-2012	Estágios na Administração Pública FAME INALENTEJO INOV-ART INOV-Export INOV-Export ⁵ INOV-Jovem, INOV-Social Linhas de crédito bonificado PME Invest Microcrédito Novas Oportunidades PAC Plano tecnológico da Educação Política de apoio aos Pólos de Competitividade e aos <i>Clusters</i> em sectores com forte capacidade exportadora ⁶ POPH – Eixo II POPH – Eixo V PRODER Programa de Apoio à Exportação para as Empresas Agrícolas e Agro-industriais
Falta de iniciativa /empreendedorismo	Dinamizar o espírito empreendedor no Concelho	Incentivar a criação do próprio emprego Sensibilizar para se combater a situação de exclusão Divulgar as respostas existentes de apoio ao empreendedorismo e actividades de divulgação de projectos e iniciativas locais	Realizar um mínimo de 2 acções públicas de informação/esclarecimento anuais sobre as medidas e incentivos existentes para a criação do próprio emprego					

⁵ Apoiar a colocação de até 1.500 jovens quadros em PME exportadoras, em particular jovens quadros com experiência prévia de Erasmus ou INOV Contacto e formação intensiva em marketing/vendas

⁶ Nomeadamente: indústrias da moda (têxtil, vestuário ou calçado); agro-alimentar (nomeadamente vinho, hortofrutícolas ou floricultura); indústrias da mobilidade (automóvel e aeronáutica); serviços de saúde; indústria de moldes e ferramentas; tecnologias de informação, comunicação e electrónica; indústrias de equipamentos/tecnologias de produção, nomeadamente na área ambiental; indústrias de refinação, petroquímica e química industrial; e indústrias de construção sustentável;

Problema	Objectivo Geral	Objectivos Específicos	Meta	Indicadores	Responsáveis	Parceiros	Cronograma	Fontes de Financiamento
<p>Inexistência de várias actividades económicas no Concelho</p> <p>Fraco dinamismo empresarial</p> <p>Crise nos sectores agrícola, da construção e na olaria</p>	<p>Apoiar o desenvolvimento sustentado e integrado das actividades económicas locais</p>	<p>Promover a criação de uma organização de empresários</p> <p>Divulgar medidas de apoio aos empresários</p>	<p>Realizar 1 sessão de esclarecimento anual de empresários locais, para a divulgação das medidas sociais e de emprego existentes.</p> <p>Realizar 1 sessão de esclarecimento anual de empresários locais, para a divulgação sobre associativismo e outras temáticas de interesse para o tecido empresarial.</p>	<p>N.º de empresários envolvidos</p> <p>Tipos de sectores de actividade envolvidos</p>	<p>Centro de Emprego de Évora</p> <p>Centro de Formação de Évora - Pólo de RMZ</p> <p>Município de RMZ-GAD, GIP</p> <p>PartnerHotel</p>	<p>2 CNO de RMZ</p> <p>ANDC</p> <p>Entidades Bancárias</p> <p>Escola Secundária</p> <p>Conde de Monsaraz</p> <p>IEFP</p> <p>IPJ</p> <p>Juntas de Freguesia do Concelho</p> <p>Município de RMZ – GIP</p> <p>Politécnicos</p> <p>Segurança Social</p> <p>Universidades</p> <p>Associações</p> <p>Empresários locais</p>	<p>2010-2012</p>	<p>Programa de formação para empresários</p> <p>Programa de Intervenção no sector do Turismo⁷,</p> <p>Programa Operacional Factores de Competitividade (COMPETE).</p> <p>Programa Vida-Emprego</p> <p>Programas de estágios ou empregos de transição</p>
<p>Falta de oferta de emprego</p>	<p>Igualdade de oportunidades no acesso ao trabalho</p>	<p>Sensibilizar para a igualdade de oportunidades no acesso ao trabalho</p>						

⁷ Focalizando a sua intervenção na requalificação de infra-estruturas, nomeadamente em Centros de Congressos e em regiões com forte potencial de desenvolvimento deste produto turístico;

Prioridade de Intervenção n.º 1: Combater eficaz e eficientemente a pobreza e exclusão social no Concelho de Reguengos de Monsaraz

Área: Formação Profissional

Problema	Objectivo Geral	Objectivos Específicos	Meta	Indicadores	Responsáveis	Parceiros	Cronograma	Fontes de Financiamento
Falta de qualificação	Igualdade de oportunidades no acesso à educação/ qualificação	Divulgar e Promover acções de qualificação profissional/ escolar.	<p>Criar e divulgar o Plano de Formação Concelhio com o apoio das entidades com intervenção no Concelho de Reguengos de Monsaraz ao longo de ano de 2010.</p> <p>Actualizar e divulgar o Plano de Formação Concelhio ao longo do triénio</p>	N.º de entidades aderentes; N.º de pedidos de divulgação.	Município de RMZ- GAS e GCI 2 CNO	Entidades Formadoras com intervenção no Concelho de RMZ	2010-2012	Município de Reguengos de Monsaraz

Prioridade de Intervenção n.º 1: Combater eficaz e eficientemente a pobreza e exclusão social no Concelho de Reguengos de Monsaraz

Área: Educação

Problema	Objectivo Geral	Objectivos Específicos	Meta	Indicadores	Responsáveis	Parceiros	Cronograma	Fontes de Financiamento
Falta de qualificação	Igualdade de oportunidades no acesso à educação/ qualificação	Sensibilizar as entidades ligadas à educação do Concelho de Reguengos de Monsaraz para a realização de cursos de alfabetização.	<p>Realizar 1 reunião de trabalho com as entidades com competências para a realização de cursos de alfabetização em 2010.</p> <p>Realizar dois cursos de alfabetização no triénio que certifiquem um mínimo de 20 adultos.</p>	N.º de participantes N.º de certificados emitidos	Município de Reguengos de Monsaraz Agrupamento Vertical de Escolas de RMZ	CNO Segurança social Juntas de Freguesia do Concelho	2010-2012	-
		<p>Proporcionar um espaço de partilha entre os diversos intervenientes na educação.</p> <p>Desmistificar algumas dúvidas e ansiedades dos educadores.</p>	<p>Realizar pelo menos 4 sessões de esclarecimento no ano de 2010 dirigidas aos encarregados de educação dos alunos do 1º e 2.º ciclo do ensino básico.</p> <p>Sensibilizar os pais/encarregados de Educação para a criação de um grupo/ Associação de pais até ao final de 2010.</p>	N.º de sessões N.º de participantes Assiduidade	Município de RMZ	Agrupamento Vertical de Escolas de RMZ		Município de Reguengos de Monsaraz

Prioridade de Intervenção n.º 2: Melhorar as condições de vida das famílias desprotegidas do Concelho de Reguengos de Monsaraz

Área: Idosos

Problema	Objectivo Geral	Objectivos Específicos	Meta	Indicadores	Responsáveis	Parceiros	Cronograma	Fontes de Financiamento
Incapacidade de resposta familiar aos idosos Falta de articulação e parceria entre os serviços	Maior responsabilização das famílias no processo de envelhecimento Maior articulação entre os agentes de apoio ao idoso	Criar uma estrutura de apoio às famílias, para orientação no apoio à qualidade de vida dos seus idosos.	Criar e dinamizar um grupo de trabalho que estude a forma de envolver as famílias na vida institucional dos seus idosos até ao final de 2011. Realizar durante 2010/2011 o retrato sócio-económico e das necessidades da 3ª idade no Concelho, envolvendo todas as entidades ligadas a este grupo.	N.º de instituições envolvidas. N.º de famílias atendidas. N.º de idosos atendidos. N.º de actividades realizadas. N.º de entradas de informação. N.º de inquéritos aplicados a idosos. N.º de inquéritos aplicados às instituições de acolhimento/apoio a idosos.	SCMRMZ CSP N.ª Sr.ª do Rosário CSP Sagrado Coração de Jesus de Campinho ARPI Baldio	Município de RMZ-GAS	2010-2012	Fundação para a Ciência e a Tecnologia Fundação Calouste Gulbenkian Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento Instituto Camões Instituto de Ciências Sociais (Universidade Lisboa) European Social Fund (ESF) PROGRESS; European Globalisation Adjustment Fund; Annual Work Programme: grants and contracts; PARES POPH- Eixo 6 INOV-Social Programa de Conforto Habitacional para Idosos Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados PRODER
Falta de recursos na área da terceira idade	Assegurar melhores condições de vida aos Idosos, agentes que lhes prestam apoio e famílias no Concelho de Reguengos de Monsaraz	Efectuar um levantamento da situação global dos idosos (fragilidade e isolamento) e das estruturas de apoio no Concelho.	Identificar os casos de idosos isolados e as suas necessidades durante o 1.º semestre de 2010. Mobilizar as respostas para as necessidades identificadas ao longo do 2.º semestre de 2010. Monitorizar as situações de isolamento ao longo do triénio.	N.º de inquéritos aplicados às Famílias. N.º de parceiros envolvidos. N.º de casos sinalizados. N.º de casos resolvidos.	GNR Município de RMZ - GAS ARPI Baldio Centro de saúde de RMZ	Segurança Social SCMRM- PAF IPSS do Concelho Universidade Sénior		
Inexistência de equipamentos Sociais na Freguesia de Monsaraz		Criação de equipamento social na Freguesia de Monsaraz	Todas as freguesias do Concelho equipadas com equipamentos sociais até ao final de 2012.	N.º de beneficiários N.º de postos de trabalho criados	Município de Reguengos de Monsaraz – GAS Junta Freguesia de Monsaraz	Segurança Social		

Prioridade de Intervenção n.º 2: Melhorar as condições de vida das famílias desprotegidas do Concelho de Reguengos de Monsaraz

Área: Idosos

Problema	Objectivo Geral	Objectivos Específicos	Meta	Indicadores	Responsáveis	Parceiros	Cronograma	Fontes de Financiamento
Falta de rede de transportes públicos	Assegurar melhores condições de vida aos Idosos, agentes que lhes prestam apoio e famílias no Concelho de Reguengos de Monsaraz	Sensibilizar as entidades locais e ligadas aos meios de transporte para a criação de uma rede de transporte local de apoio à população com menos mobilidade	Promover pelo menos um encontro com as entidades competentes sobre a rede de transportes locais ao longo do triénio.	N.º de entidades envolvidas	Município de Reguengos de Monsaraz Rodoviária	Instituto de Mobilidade Juntas de Freguesias do Concelho	2011-2012	POVT- Eixo IX
Envelhecimento e Isolamento da população Aceitação da situação, conformismo		Realizar actividades de estímulo à auto-estima.	Desenvolver pelo menos uma iniciativa que estimule a auto-estima na população idosa do Concelho de Reguengos de Monsaraz anualmente.	N.º de idosos envolvidos N.º de actividades realizadas	Centro de Saúde de Reguengos de Monsaraz Universidade Sénior Município de Reguengos de Monsaraz - GAS	IPSS Centro de saúde de Reguengos de Monsaraz		AECPEs

Prioridade de Intervenção n.º 2: Melhorar as condições de vida das famílias desprotegidas do Concelho de Reguengos de Monsaraz

Área: Saúde

Problema	Objectivo Geral	Objectivos Especificos	Meta	Indicadores	Responsáveis	Parceiros	Cronograma	Fontes de Financiamento
Falta de informação/ divulgação dos programas de apoio á saúde	Desenvolver estratégias de comunicação para uma melhor divulgação dos programas e saúde existentes no Concelho de Reguengos de Monsaraz	Promover acções de sensibilização/ informação na área da saúde mental e física, higiene, alimentação e hábitos de vida saudável, junto à comunidade. Alargar a rede de cuidados de saúde ao domicílio no Concelho de Reguengos de Monsaraz. Contribuir para o alargamento da RNCCI Nacional.	Criar a Unidade de Cuidados na Comunidade do Centro de Saúde de RMZ até ao final de 2010. A Equipa de Cuidados Continuados Integrados deverá dar resposta a pelo menos 10 utentes no seu primeiro ano de intervenção, passando este número para 30 utentes após este primeiro ano. Promover um mínimo de 3 campanhas de sensibilização especializadas dirigidas a grupos específicos e/ou toda a população do Concelho de Reguengos de Monsaraz anualmente. Criar a Unidades de Cuidados continuados integrados - unidade de longa duração, da FMIVPS com 30 camas no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados até ao final de 2011. Dinamização da UCCI de longa duração durante 2012.	N.º de iniciativas realizadas N.º de participantes N.º de atendimentos correlacionados com os programas de saúde N.º de camas criadas no âmbito da RNCCI	Centro de Saúde de Reguengos de Monsaraz FMIVPS	Município de Reguengos de Monsaraz – GAS, Desporto Juntas de freguesia do Concelho IPJ (Programa Cuida-te) Segurança Social Escolas GNR Entidades ligadas ao desporto e lazer Segurança Social Centro de Saúde de RMZ	2010-2012	Mais Saúde: Saúde pública, do combate à obesidade e da educação para a saúde sexual e reprodutiva Cheque dentista Programa Vida-Emprego Desporto para Todos Plano Nacional de Acção para a Inclusão Programme of community action in the field of health (2008-2013) Programa Nacional de Saúde
Falta de qualidade nas estruturas já existentes. Carência dos meios de diagnóstico. Instalações de saúde nas freguesias rurais com condições insuficientes	Melhorar a qualidade dos equipamentos/serviços de saúde existentes no Concelho de Reguengos de Monsaraz	Realizar um Diagnóstico sobre as Subunidades de saúde do Concelho.	Realizar um levantamento das condições de todas as Subunidades de saúde do concelho até ao final de 2011.	N.º e Tipo de problemas detectados	Centro de saúde de RMZ Juntas de freguesia			

Prioridade de Intervenção n.º 2: Melhorar as condições de vida das famílias desprotegidas do Concelho de Reguengos de Monsaraz

Área: Novas Pobrezas, Etnia Cigana, Habitação

Problema	Objectivo Geral	Objectivos Específicos	Meta	Indicadores	Responsáveis	Parceiros	Cronograma	Fontes de Financiamento
Sobreendividamento, facilitismo do crédito	Informar a população sobre os seus direitos e deveres como consumidores	Sinalizar e encaminhar famílias em situação financeira grave para entidades competentes	Criar um Gabinete de apoio ao Consumidor em 2010 e dinamiza-lo ao longo do triénio.	N.º de famílias atendidas. N.º de casos encaminhados. N.º de casos solucionados.	Município de Reguengos de Monsaraz – GAS	DECO- Núcleo de Évora Instituto de Defesa do Consumidor APDC ⁸	2010-2012	AECPEs POPH- Eixo VI
Consumismo/ Má gestão dos recursos económicos		Promover acções de informação sobre os riscos de crédito fácil e da publicidade ao crédito	Criar o Conselho Municipal de Consumo até ao final de 2011.		SCMRM	Entidades Bancárias		
		Realizar acções de formação sobre temáticas de melhoria de competências socioeconómicas das famílias do Concelho (Orçamento familiar, gestão dos recursos económicos, Políticas de marketing existentes, outras).	Dinamizar um Projecto-piloto na área da educação alimentar durante o ano de 2010.		Município de Reguengos de Monsaraz – GAS e Educação	Segurança Social (RSI) Entidades Formadoras IEFP		
		Sensibilizar a população para os hábitos de consumo, utilizando os meios de comunicação social locais, os eventos locais e as crianças como “veículos” da informação.	Dinamizar um projecto-piloto na área da educação para o consumo a iniciar em 2010.	N.º de Turmas envolvidas N.º de crianças N.º de iniciativas realizadas	DECO- Núcleo de Évora	Município de RMZ Agrupamento Vertical de Escolas de RMZ		

⁸ Associação Portuguesa de Direito do Consumo

Problema	Objectivo Geral	Objectivos Específicos	Meta	Indicadores	Responsáveis	Parceiros	Cronograma	Fontes de Financiamento
Diminuta integração sócio - educativa dos jovens de etnia cigana	Integrar a população juvenil de etnia cigana sócio - educativamente	Implementação de acções de integração na comunidade e na escola	Realizar um plano de aprendizagem anual dirigido a famílias beneficiárias de RSI e outros públicos em situação financeira vulnerável.	N.º de acções realizadas Carga horária N.º de formandos N.º de Educadores (Professores e pais) envolvidos N.º de crianças e jovens envolvidos N.º de famílias envolvidas Grau de melhoria das condições iniciais e finais	Município de Reguengos de Monsaraz – GAS e Lugar da Pedra Escorregadia	Jardins e Escolas GNR- Escola Segura	2010-2012	-
Falta de saúde e segurança Pública nos espaços utilizados pela etnia cigana	Melhorar a saúde e segurança Pública nos espaços utilizados pela etnia cigana	Promover acções de sensibilização/formação nas áreas de saúde, higiene, alimentação e gestão junto às famílias desfavorecidas			Município de Reguengos de Monsaraz – GAS	Centro de Saúde de Reguengos de Monsaraz CNO Associações GNR		-
Falta de habitação condigna no Concelho de Reguengos e Monsaraz	Melhorar a qualidade do parque habitacional do Concelho	Continuar a implementação das políticas de habitação social existentes no Concelho.	Realojar 60 famílias do Concelho até ao final de 2012.	N.º de famílias beneficiadas N.º de famílias em lista de espera N.º de atendimentos N.º de famílias envolvidas N.º de sessões realizadas Grau de melhoria nos espaços em questão		IHRU IPSS		Pro Habita
		Promover acções de sensibilização para a responsabilização relativamente às habitações e espaços envolventes, junto às famílias	Realizar sessões de preparação para a integração das famílias realojadas e que irão ser realojadas nas novas habitações em 2011 e 2012			Centro de Saúde de RMZ SCMRMZ GNR		
		Estimular as famílias em habitação social a procurar casa própria/arrendada	Apoiar um mínimo de 5 processos de candidatura ao Programa Porta 65 anualmente.			Porta 65		Programa Porta 65 PROREABILITA ⁹

⁹ Programa de apoio financeiro á reabilitação urbana aos particulares, este programa prevê a criação de um regime de apoio à recuperação de imóveis arrendados e outro à recuperação de imóveis destinados à habitação de famílias carenciadas.

Prioridade de Intervenção n.º 3: Promover o movimento solidário, cívico e de cidadania no Concelho de Reguengos de Monsaraz

Área: Cultura¹⁰, Participação e Ambiente

Problema	Objectivo Geral	Objectivos Específicos	Meta	Indicadores	Responsáveis	Parceiros	Cronograma	Fontes de Financiamento
Falta de articulação e parceria entre os serviços e as diferentes instituições Falta de participação social	Impulsionar e desenvolver a parceria, participação e voluntariado no Concelho Promover a igualdade de género e de oportunidades	Reforçar o apoio à população mais vulnerável (crianças, jovens, portadores de deficiência, mulheres idosos, etc.) Sensibilizar para a participação da população nos processos de tomada de decisão. Patrocinar a criação de grupos organizados na comunidade	Elaborar pelo menos uma candidatura/projecto anual de apoio a públicos vulneráveis. Continuar a política social Municipal dirigida aos públicos vulneráveis do Concelho de Reguengos de Monsaraz ao longo do triénio. Criação do Cartão Social Municipal e da Loja Social Municipal até ao final de 2010. Actualização e Implementação da Carta Social Municipal até 2011.	N.º de projectos desenvolvidos N.º de beneficiários por programa social implementado N.º e perfil dos seus beneficiários	Município de Reguengos de Monsaraz – GAS Segurança Social	GNR CPCJ Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz	2010-2012	Acção Social Escolar CSI RSI Abonos Subsistema previdencial Reformas Programa nacional de melhoria das acessibilidades nos serviços públicos AECPEs Plano Nacional para a Igualdade PADES ¹¹ Cooperação transfronteiriça de segunda geração
		Dinamização da Rede Social Concelhia de Reguengos de Monsaraz Criar uma organização de parceria mais eficaz	Implementação do PDS 2010-2012; Dinamização dos Panos de Acção Anuais 2010,2011 e 2012; Criar em 2010 o Sistema de Informação Local da Rede Social; Promover a manutenção do Sistema de Informação Local da Rede Social ao longo do triénio; Actualização da informação no Sistema de Informação Nacional da Rede até ao final de 2010; Criar um mínimo de 4 Grupos de trabalho da Rede Social em 2010. Testar novas formas de trabalho em parceria durante o ano de 2010 no âmbito da Rede Social, e implementar as funcionais ao longo do triénio.	Execução do Plano de Acção N.º de utilizadores do SI Assiduidade das parcerias Contributo das parcerias Parceiros responsáveis por acções, actividades, projectos	Município RMZ - GAS	CLAS e outras entidades com intervenção no Concelho de Reguengos de Monsaraz		

¹⁰ Na Cultura integram-se o Desporto, Juventude e o Associativismo

¹¹ Programa específico de apoio ao desenvolvimento da economia social

Prioridade de Intervenção n.º 3: Promover o movimento solidário, cívico e de cidadania no Concelho de Reguengos de Monsaraz

Área: Cultura, Participação e Ambiente

Problema	Objectivo Geral	Objectivos Específicos	Meta	Indicadores	Responsáveis	Parceiros	Cronograma	Fontes de Financiamento
Falta de Agenda Cultural Permanente.	Dinamizar actividades que cativem a comunidade para a cultura Reabilitar o património classificado para benefício da comunidade	Dinamizar a Cultura no Concelho	Envolver anualmente todas as juntas e o Município na divulgação das iniciativas culturais de forma articulada.	N.º de iniciativas culturais divulgadas por freguesia e por área	Município de RMZ – Cultura e desporto	Juntas de Freguesia Entidades e grupos locais e/ou outros ADIM Rádios e jornais locais		QREN Desporto escolar INOV-ART
Falta de bolsas de voluntariado	Impulsionar e desenvolver a parceria, a participação e o voluntariado no Concelho	Patrocinar a criação de grupos organizados na comunidade. Impulsionar o voluntariado jovem.	Apoiar as Associações do Concelho ao longo do triénio. Incentivar o Associativismo juvenil, através da realização de pelo menos uma actividade anual sobre a temática. Realizar anualmente sessões de sensibilização para a integração de Jovens em programas de voluntariado local, europeu, outros.	N.º de participantes N.º de Associações/grupos formados	Grupos de voluntários do Concelho Associações Fundação M.ª Inácia Vogado Perdigão Silva Delegação de Évora do IPJ	Município de Reguengos de Monsaraz Entidades locais Universidades Escolas Espaços Internet A.H. Bombeiros V.RMZ Outros espaços frequentados pelos jovens		INOV SOCIAL INOV JOVEM INOV EXPORT INOV ART Programa Porta 65 Programa Juventude em Acção Programas de Mobilidade Plano Nacional de Acção para a Inclusão ¹² Jovens Voluntários de Protecção Civil

¹² Promover e valorizar o voluntariado no desporto

Problema	Objectivo Geral	Objectivos Especificos	Meta	Indicadores	Responsáveis	Parceiros	Cronograma	Fontes de Financiamento
Falta de Civismo ambiental	Promover a Educação Ambiental e Cívica junto à população	<p>Promover a Educação ambiental junto à população escolar e outros grupos estratégicos</p> <p>Realizar actividades de promoção e conservação da natureza envolvente do Concelho</p>	Realizar anualmente uma iniciativa aberta à comunidade, alusiva ao ambiente e natureza. Promover a criação de uma ONGD ou entidade similar até ao final de 2012.	<p>N.º de iniciativas realizadas</p> <p>N.º de escolas envolvidas</p> <p>N.º de outras entidades envolvidas</p> <p>N.º de ONGD ou entidades similares criadas</p> <p>N.º de participantes</p>	Município de RMZ-Cultura e Desporto	<p>Juntas de freguesia</p> <p>Clubes desportivos</p> <p>Associações juvenis</p> <p>Grupo Nacional de Escutas - Agrupamento 1085</p>		<p>Programa Nacional para as Alterações Climáticas PEASAR¹³</p> <p>Iniciativa PROVERE¹⁴</p>

¹³ Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais

¹⁴ Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos

Monitorização, Avaliação e Revisão do PDS

O processo de monitorização e avaliação quer-se participativo, como forma de reforçar a aprendizagem, auto-reflexão e facilitar os processos de aprendizagem e mudança institucional dentro das instituições e da comunidade local. Este sistema fornece um processo contínuo de aprendizagem e ajustamento que é essencial e permite uma melhor integração das instituições com os seus parceiros e beneficiários na tomada de decisão e nos processos de aprendizagem colectiva durante o ciclo do projecto. O objectivo do trabalho é desenvolver um processo interactivo para apoiar a aprendizagem institucional e para compreender o papel dos sistemas de monitorização e avaliação, no melhoramento do desempenho do projecto e os seus custos e benefícios para os diferentes agentes envolvidos. Esta abordagem pode ser descrita como: "... um processo orientado para a prática que conduz a uma aprendizagem crítica e acção correctiva através do envolvimento de parceiros de todos os níveis e a criação de capacidade e empenhamento para reflectirem, analisarem e assumirem a responsabilidade pelas acções correctivas..."(Estrella M. e Gaventa J., 1998¹⁵).

Uma primeira fase da avaliação foi efectuada a quando da elaboração do Diagnóstico Social e consequente análise SWOT, com base em estudos e workshops, com diversos actores da comunidade de Reguengos de Monsaraz.

A análise das partes interessadas é também uma etapa essencial, como forma de responsabilização e compromisso com as acções e iniciativas que assumam como suas.

É necessária uma capacitação das partes interessadas, para que o processo se desenvolva no seio do grupo alargado de trabalho.

É vital a decisão sobre o que avaliar, quando, como avaliar e quem avalia.

O desenvolvimento de indicadores envolve a identificação de medidas qualitativas e quantitativas (indicadores) para monitorizar o progresso feito para alcançar os resultados esperados (indicadores). Os indicadores ajudam a entender a posição actual, que percurso percorrer e a que distância está o fim.

Para tal serão definidos uma série de indicadores que permitirão avaliar as prioridades de intervenção definidas pelo PDS, e que deverão constar do Plano de Acção.

O processo de avaliação do PDS do concelho de Reguengos de Monsaraz será um processo de avaliação interna e deverá definir tanto os parâmetros de eficiência (temporal, física e financeira), bem como os parâmetros de eficácia (impactos intermédios e finais).

¹⁵ Estrella, M. Gaventa, J. (1998). *Who counts reality? Participatory monitoring and evaluation: a literature review*. Institute of Development Studies. Brighton, UK. Working paper nº 70.

Anexos

Anexo 1

Sessões de Diagnóstico Participado

Realizaram-se 3 sessões de Trabalho:

- 1ª Sessão de Diagnóstico Participado, dia 19 de Março de 2009;
- Sessão Temática de Diagnóstico Participado - Idosos e Saúde, dia 23 de Abril de 2009;
- Sessão Temática de Diagnóstico Participado – Novas Pobrezas e Emprego, dia 30 de Abril de 2009;

Listagem de Participantes

Entidade	Representante
Agrupamento Vertical de Escolas do Concelho de Reguengos de Monsaraz	Rui Amendoeira
Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Santo António do Baldio	Clara Bernardo
Associação de Solidariedade Social de S. Marcos do Campo	M.ª Teodora Correia
Associação do Desenvolvimento Económico e Cultural de Campinho "Gente Nova"	Josefina Cruz
Casa da Cultura de Corval	Sónia Almeida
Centro de Emprego de Évora	Florbela Nunes
Centro de Saúde de Reguengos de Monsaraz	Isabel Anunciação Clara Lourenço
Centro Distrital de Segurança Social de Évora	Célia Ramalho Rosa Campaniço Sílvia Ramalho
Centro Social e Paroquial de N.ª Sr.ª do Rosário	M.ª Carolina Fialho Sílvia Campos
Centro Social e Paroquial do Sagrado Coração de Jesus	Domingos Barão Olívia Freira
CLIREG	David Santos
Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Reguengos de Monsaraz	Fernando Quintas
Farmácia Martins	M.ª Manuela Correia
Fundação Maria Inácia Vogado Perdigão Silva	M.ª João Romana
Gabinete de Acção Social	Sónia Cavaco Neusa Medinas Sílvia Rodrigues
Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento	Patrícia Casimiro
Guarda Nacional Republicana	Oliveira
Junta de Freguesia de Campinho	Josefina Cruz
Junta de Freguesia de Corval	Sónia Almeida
Junta de Freguesia de Monsaraz	José Ferro
Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz	António Medinas Paula Matias
Município de Reguengos de Monsaraz	José Calixto
Núcleo Distrital de Évora da Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal	M.ª José Guerreiro
PartnerHotel- Formação, Consultoria e Projectos para Serviços Hoteleiros, Unipessoal, Lda.	M.ª dos Anjos Ventura Anabela Caeiro Patrícia Pinto
PETI	Ana Fátima Santos
Projecto de Intervenção Precoce de Reguengos de Monsaraz e Núcleo de Mourão	Helena Augusto
Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz	Manuel António Galante Paula Reis Mónica Pós-de-Mina Fátima Ribeiro Cátia Cravinho
UNIVA/GIP	José Luis Merca
Universidade Sénior de Reguengos de Monsaraz – ADIM	Rosa Veladas Sónia Assunção

Resultados

- 1ª Sessão de Diagnóstico Participado, dia 19 de Março de 2009:



- Sessões Temáticas de Diagnóstico Participado: Idosos e Saúde, dia 23 de Abril de 2009 e Novas Pobrezas e emprego, dia 30 de Abril de 2009:

Quais as causas identificadas para a existência de necessidades sociais no Concelho de Reguengos de Monsaraz?	Pontuação
Desemprego	24
Pouca qualificação média/ Falta de formação/ Deficiente Formação	13
Falta de articulação e parceria entre os serviços e as diferentes instituições	12
Falta de oferta de emprego	11
Falta de informação/divulgação dos programas de apoio de saúde	10
Sobreendividamento, Facilitismo do crédito	10
Desmotivação/Falta de empreendedorismo	10
Crise nos sectores agrícola, da construção e da olaria	10
Incapacidade de resposta familiar/ Falta de apoio familiar aos idosos	9
Inexistência de empresas dos vários sectores de actividade no Concelho	9
Emprego precário	9
Falta de qualidade nas estruturas de saúde já existentes (desorganização, falta de recursos humanos (RH) e falta de formação dos RH)	7
Carência dos meios de diagnóstico	7
Consumismo, Má gestão dos recursos económicos	7
Aumento da população idosa/Envelhecimento da população	6
Falta de recursos	6
Falta de rede de transportes público eficaz no concelho	6
Instalações de saúde nas freguesias rurais com condições insuficientes	6
Falta de consultas direccionadas aos Idosos	5
Comodismo/ falta de pró-actividade, Falta de promoção de hábitos de trabalho	5
Questões culturais: a aceitação da situação e conformismo nos idosos	4

Quais as causas identificadas para a existência de necessidades sociais no Concelho de Reguengos de Monsaraz?	Pontuação
Falta de rendimentos das famílias e das empresas	4
Medidas de emprego insuficientes	4
Falta de bolsas de voluntariado de apoio aos Idosos	3
Falência do próprio negócio (classe média)	3
Diminuição dos rendimentos do sector agrícola	3
Aumento do número de famílias monoparentais	3
Falta de investimento externo	3
Falta de mobilidade física dos idosos	2
Insuficiência de recursos técnicos	2
Falta de levantamento/articulação de respostas sociais nas freguesias	1
Saída da população jovem	1
Insatisfação geral relativamente aos serviços de saúde	0
-Tempo de espera	-
-Tipo de serviços prestados	-
Excesso de clínicas privadas e carência de clínicas convencionadas	0
Incapacidade de resposta institucional	0
Publicidade enganosa	0

O que mudar?	Pontuação
A falta de espírito de iniciativa/ de empreendedor	22
A qualidade satisfatória dos serviços prestados aos idosos	15
A fraca dinâmica económica - empresarial do Concelho	14
A forma de selecção psicotécnica e/ou vocacional do pessoal da área de saúde	13
O pouco intercâmbio geracional	13
A oferta insuficiente de serviços prestados aos idosos no domicílio	12
A falta de formação contínua dos RH na área da saúde	11
A falta de serviços de proximidade, encaminhamento e resolução de problemas de apoio aos idosos	9
A falta de acesso à informação das empresas/entidades empregadoras sobre as medidas de emprego existentes	9
A pouca divulgação sobre as entidades que podem ajudar a atenuar a problemática das novas pobreza	9
A ideia sobre a contratualização de crédito às/pelas famílias	9
A insuficiência de respostas às necessidades primárias (higiene, saúde e alimentação) dos idosos e famílias carenciadas	9
A forma com se vê o técnico de saúde e o utente	8
A falta de recursos humanos disponíveis na área da saúde	7
A baixa qualidade de vida dos idosos	6
A falta de desenvolvimento das competências do saber	6
A saída dos jovens do Concelho de Reguengos de Monsaraz	6
O fraco tecido empresarial existente no concelho	6
A falta de articulação dos serviços de saúde	5
A pouca divulgação das ofertas de formação	5
A falta de conhecimento sobre as necessidades na área do emprego e o trabalho em parceria nesta área	5
A insuficiente capacidade de resposta das instituições de apoio aos idosos	4
As estratégias de captar novas empresas para o concelho	4
A burocratização do processo de criação de empresas	4
A falta de recursos técnicos disponíveis na área da saúde	3
O falta de conhecimento sobre a problemática da deficiência e da saúde mental:	3
-ao nível da articulação	-
- ao nível da divulgação de informação	-
A falta de estratégias de estímulo à criatividade e inovação	3
O conhecimento sobre os novos conceitos culturais ao nível dos utentes, IPSS e comunidade	2
A falta de sensibilidade das empresas para a formação contínua qualificante (com especificidades)	2
A falta de meios de diagnóstico de saúde existentes no Concelho	1
A falta de conhecimento sobre as ferramentas de apoio à procura activa de emprego	1
O que manter?	Pontuação
As empresas existentes através de mais apoios (manter os empregos existentes)	16

Como fazer a mudança?	Pontuação
Sensibilizar/Formar as famílias e a comunidade sobre questões várias, tais como:	21
-Orçamento familiar, gestão dos recursos económicos	-
-Políticas de marketing existentes	-
-Acesso e perigo do crédito fácil	-
-As diferentes respostas sociais existentes	-
-Outras áreas pertinentes	-
Maior e melhor trabalho em parceria (articulação entre as entidades ligadas ao emprego, educação e formação)	21
Eliminar as barreiras arquitectónicas	21
Realizar o levantamento da situação dos idosos do concelho, e dos programas existentes/Sondagem à população idosa sobre as suas necessidades	20
Qualificar os recursos humanos (formação escolar/profissional, em áreas que se apliquem às actividades do Alentejo)	15
Criar postos de trabalho/integrar as pessoas qualificadas	15
Aumentar, melhorar, reorganizar os recursos de saúde	13
Incentivar as empresas para fixação no Concelho (Poder local e poder central)	11
Sensibilizar para o voluntariado nas áreas de saúde e idosos	10
Incentivar a criação do próprio posto de trabalho	10
Utilizar os meios de comunicação social locais, os eventos locais e as crianças como "veículos" da informação para reverter os hábitos de consumo	10
Criar grupos de trabalho temáticos no âmbito da Rede Social (Rede local de Emprego)	10
Realizar Feiras de Emprego, Maior divulgação das medidas de emprego existentes e das potencialidades do Alentejo, através de vários meios inclusive as iniciativas do poder local/central / de forma a motivar o tecido empresarial	9
Potencializar a articulação dos recursos das entidades sociais existentes no Concelho/ Articulação de política social e cultural/ Criação de projectos aglutinadores público-privados	9
Criar e divulgar actividades culturais dirigidas à população idosa	8
Descentralizar os serviços e recursos de saúde para todas as freguesias/ Criação de equipamentos móveis de saúde	8
Sensibilizar/informar para os cuidados paliativos e cuidados continuados	7
Aumentar os recursos humanos e os programas de apoio na área dos idosos	7
Criar bolsa de voluntariado nas áreas da saúde e dos idosos	7
Incentivar a participação dos idosos em actividades lúdico pedagógicas (Universidade Sénior) como factor de prevenção da saúde mental	6
Qualificar os recursos humanos (formação escolar/profissional, em área que se apliquem às actividades do Alentejo)	6
Sensibilizar o poder autárquico	4
Apoiar as empresas existentes para manter postos de trabalho	4
Informar/sensibilizar a população sobre a temática dos idosos:	3
- Comunicação social, Sessões; Folhetos	-
Sensibilizar a Comunidade para as Iniciativas de Formação que decorrem	3
Alargar as medidas de emprego	2
Apoiar as empresas de educação e formação	2
Efectuar o levantamento das necessidades de saúde no Concelho	1
Promover a política de igualdade de género na integração no corpo de trabalho institucional	1
Apostar na formação contínua dos R.H.	0
Prevenir para a Saúde	0
Mudar as atitudes e conceitos	0
Fomentar Políticas de promoção da natalidade	0
Desburocratizar os processos para a criação de projectos de criação de emprego para as empresas	0

Anexo 2

Planos e Programas Estratégicos (Breve descrição)

Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social 2008-2010: avaliação da estratégia implementada no ciclo anterior (PNAI 2006-2008) mostrou que esta era adequada e produziu efeitos positivos, facto que levou Portugal a apostar numa perspectiva de longo prazo, mantendo numa linha de continuidade as prioridades políticas assumidas anteriormente e procurando reforça-las com a melhoria de alguns aspectos em que existe margem para progressão e inovação.

Por outro lado, procurou-se, neste novo ciclo, responder as principais recomendações e desafios identificados nos Relatórios Conjuntos para a Protecção social e Inclusão Social de 2006 e 2007, e alinhar as novas prioridades estratégicas e operacionais com os mesmos. Assim, no contexto das principais tendências e para fazer face aos principais desafios que o país enfrenta, a definição das prioridades nacionais para a protecção social e inclusão social para o período 2008-2010 assenta em dois eixos estratégicos de intervenção e seis objectivos estratégicos:

Eixo 1 | Fazer face ao impacto das alterações demográficas

- Apoiar a natalidade e a infância;
- Apoiar a conciliação entre a actividade profissional e a vida pessoal e familiar;
- Promover o envelhecimento activo com qualidade e prevenir e apoiar a dependência.

Eixo 2 | Promoção da inclusão social (redução das desigualdades)

- Promover a inclusão social activa;
- Melhorar as condições de vida em territórios e habitats mais vulneráveis;
- Favorecer a inclusão social de grupos específicos, nomeadamente Pessoas com deficiências ou incapacidades, Imigrantes e minorias étnicas, Pessoas sem-abrigo.

O desenho das prioridades nacionais e a selecção das medidas de política a implementar no âmbito das estratégias delineadas por cada um dos pilares, obedece a uma múltipla orientação para a garantia de: acessibilidade de todos os indivíduos aos recursos, aos direitos, aos bens e serviços de adequação e qualidade das políticas adaptando-as a evolução das necessidades e exigências dos indivíduos e das sociedades modernas e de sustentabilidade e viabilidade financeira dos sistemas no longo prazo, promovendo uma utilização racional dos recursos.

No âmbito das prioridades e instrumentos estabelecidos, as políticas de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres encontram-se inscritas de forma transversal na estratégia nacional, bem como nas vertentes estratégicas de cada um dos três pilares. No âmbito da elaboração da estratégia foi ainda preconizada uma abordagem de mainstreaming das questões da deficiência e incapacidade, bem como das questões relacionadas com a integração da população imigrante e das minorias étnicas.

A estratégia que agora se apresenta para a protecção social e inclusão social estrutura-se ainda em torno de um quadro no qual a política económica, a política de emprego e a política social se reforçam mutuamente,

assegurando uma progressão paralela na criação de emprego, na competitividade e na coesão social. A concretização desta visão integrada e sinérgica implica uma articulação permanente com a Estratégia Nacional para o Crescimento e Emprego. Procurou-se, desta forma, melhorar a abordagem estratégica, as sinergias existentes e potenciar os resultados de ambas as estratégias.

A Nova Estratégia integrada de políticas sociais que agora se apresenta envolve recursos dispersos por várias fontes e sedes institucionais, tendo em conta o seu carácter transversal e intersectorial. No entanto, importa destacar o forte impulso que recebeu pelo facto de ter sido desenvolvida em estreita articulação com os objectivos e instrumentos definidos no âmbito do Novo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para o período 2007- 2013. Os financiamentos provenientes do QREN, através dos diferentes programas operacionais dos quais se destaca o Programa Operacional Potencial Humano, desempenham um papel essencial no desenvolvimento desta estratégia, uma vez que uma expressiva parte dos recursos atribuídos a Portugal são consagrados a execução dos objectivos que visam o reforço da coesão social.

III Plano Nacional para a Igualdade — Cidadania e Género (2007-2010): corresponde a uma fase de consolidação da política nacional no domínio da igualdade de género, dando cumprimento aos compromissos assumidos quer a nível nacional, nomeadamente no Programa do XVII Governo Constitucional e nas Grandes Opções do Plano (2005-2009), quer a nível internacional, designadamente no Roteiro para a Igualdade entre Homens e Mulheres (2006-2010) da Comissão Europeia. Este Plano pretende reforçar o combate à desigualdade de género em todos os domínios da vida social, política, económica e cultural.

O Plano assenta nas seguintes áreas estratégicas de intervenção:

- I) Perspectiva de género nos diversos domínios de política enquanto requisito de boa governação;
- II) Perspectiva de género nos domínios prioritários de política;
- III) Cidadania e género;
- IV) Violência de género;
- V) Perspectiva de género na União Europeia, no Plano Internacional e na Cooperação para o Desenvolvimento.

Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE) 2005-2008: resposta de Portugal às novas linhas de orientação da Estratégia de Lisboa e constitui-se como uma referência de enquadramento para as diversas políticas governamentais de âmbito macroeconómico, microeconómico e de qualificação e emprego.

É ainda de salientar que, no início de 2009, o Governo criou um pacote de medidas específicas e transitórias de apoio e estímulo ao emprego, a Iniciativa Emprego 2009 (Portaria n.º 130/2009, de 30 de Janeiro): Medidas para os Cidadãos; Medidas Gerais; Medidas Específicas para Jovens; Medidas para Públicos

Específicos; Medidas para as Empresas; Medidas de Estágios; Medidas para os Sectores Social e Local; Medidas de Apoio ao Emprego e à Contratação; Medidas de Emprego - Inserção.

Plano Tecnológico: está estruturado nos três eixos de acção seguintes:

1. Conhecimento - Qualificar os portugueses para a sociedade do conhecimento, fomentando medidas estruturais vocacionadas para elevar os níveis educativos médios da população, criando um sistema abrangente e diversificado de aprendizagem ao longo da vida e mobilizando os portugueses para a Sociedade de Informação.
2. Tecnologia - Vencer o atraso científico e tecnológico, apostando no reforço das competências científicas e tecnológicas nacionais, públicas e privadas, reconhecendo o papel das empresas na criação de emprego qualificado e nas actividades de investigação e desenvolvimento (I&D).
3. Inovação - Imprimir um novo impulso à inovação, facilitando a adaptação do tecido produtivo aos desafios impostos pela globalização através da difusão, adaptação e uso de novos processos, formas de organização, serviços e produtos.

Neste esforço será desejável, não só apoiar os agentes individuais, mas também reforçar a sua acção sistémica.

Programa Operacional Factores de Competitividade (POFC)¹⁶: dá resposta aos desafios e os constrangimentos com que se depara a economia portuguesa no processo de crescimento sustentado e competitivo a nível internacional, indutor de valor acrescentado, qualificação territorial e mais e melhor emprego, exige a adopção de uma estratégia mais ofensiva que entenda a competitividade como uma realidade sistémica, em que o Estado se assume como um actor dinâmico e indutor de atitudes e comportamentos empresariais mais valorizadores da inovação e conhecimento.

A Agenda Operacional Factores de Competitividade do QREN assume como objectivo central a contribuição para a promoção de níveis de crescimento económico que assegurem a retoma sustentada da trajectória de convergência real da economia portuguesa com a União Europeia, baseada na competitividade do país e das suas regiões, das empresas e dos territórios.

Em concomitância, estabeleceram-se os seguintes objectivos específicos:

- Qualificação do tecido produtivo, por via do upgrading do perfil de especialização e dos modelos empresariais;
- Maior orientação para os mercados internacionais do conjunto da economia portuguesa, por via do incremento da produção transaccionável ou internacionável;

¹⁶ <http://www.pofc.qren.pt/PresentationLayer/homepage.aspx>

- Qualificação da Administração Pública e da eficiência da acção do Estado, por via da modernização da Administração Pública e da promoção de uma cultura de serviço público centrado no cidadão e nas empresas;

Promoção de uma economia baseada no conhecimento e na inovação, por via do estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico e do fomento do empreendedorismo.

Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT)¹⁷: inscreve-se, no que respeita às intervenções financiadas pelo FEDER, no âmbito do objectivo Convergência, e no que respeita às intervenções financiadas pelo Fundo de Coesão, no âmbito dos objectivos Convergência e Competitividade e Emprego, cujas orientações comunitárias vão no sentido de estimular o potencial de crescimento sustentado da economia portuguesa, no quadro das seguintes prioridades:

- Centrar nos investimentos e nos serviços colectivos necessários para aumentar a competitividade a longo prazo e a criação de emprego e para assegurar o desenvolvimento sustentável;
- Aumentar o esforço para aumentar o investimento no capital humano, promover o acesso ao emprego, reforçar a inclusão social e introduzir e executar reformas nos sistemas de educação e formação;
- Modernizar e reestruturar a capacidade de produção das regiões, através da prestação de serviços às empresas, em especial às PME, da melhoria do acesso ao financiamento, da promoção de IDT e da inovação, do desenvolvimento dos recursos humanos e da criação de condições para a penetração, divulgação e adopção das TIC;
- Reforçar as capacidades institucionais para conceber e executar políticas eficazes.

Programa de Desenvolvimento Rural - PRODER¹⁸: é um instrumento estratégico e financeiro de apoio ao desenvolvimento rural do continente, para o período 2007-2013.

Decorrente do Plano Estratégico Nacional – PEN, que define as orientações fundamentais para a utilização nacional do FEADER, a estratégia nacional para o desenvolvimento rural escolhida em função das orientações estratégicas comunitárias, visa a concretização dos seguintes objectivos:

- Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal;
- Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais;
- Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais.

A estes objectivos estratégicos acrescem ainda objectivos de carácter transversal, como sejam, o reforço da coesão territorial e social, e a promoção da eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial.

¹⁷ <http://www.povt.gren.pt>

¹⁸ <http://www.proder.pt>

As actuações que se pretendem levar a cabo no PRODER encontram-se agrupadas por Subprogramas e estes por medidas.

O Subprograma 1 – Promoção da Competitividade, o Subprograma 2 – Gestão Sustentável do Espaço Rural e o Subprograma 3 – Dinamização das Zonas Rurais, visam a promoção de acções que contribuem directa e objectivamente para a prossecução dos três objectivos estratégicos nacionais assumidos na estratégia nacional para o desenvolvimento rural, os quais, por sua vez, foram delineados em consonância com as orientações estratégicas comunitárias vertidas nos eixos 1, 2 e 3 do FEADER.

Em particular o Subprograma 3 privilegia o modo de actuação LEADER, através das acções promovidas no âmbito de estratégias de desenvolvimento local e através de agentes organizados especificamente para esse efeito. Este Subprograma reserva ainda medidas para apoio ao funcionamento destes agentes e para o estímulo da cooperação entre eles. O incentivo à abordagem ascendente (“bottom-up”) é patente na estratégia nacional adoptada, em particular no terceiro objectivo estratégico nacional que assumidamente se pretende ser atingido pelo desenvolvimento de acções com abordagem LEADER.

Igualmente os objectivos transversais no âmbito da estratégia nacional para o desenvolvimento rural, apontam para esta opção de dar preferência ao modo de actuação LEADER.

Trata-se de uma prioridade que segue a orientação estratégica comunitária traduzida no eixo 4 do FEADER.

O Subprograma 4 – Promoção do Conhecimento e Desenvolvimento de Competências com carácter transversal, traduz uma prioridade relacionada com a importância reconhecida ao conhecimento e às competências dos agentes que actuam no território, os quais desempenham um papel absolutamente determinante no sucesso global da estratégia nacional adoptada. Esta prioridade resulta da estratégia nacional e das orientações comunitárias, que referem a inovação e desenvolvimento de competências.

PENT - Plano Estratégico Nacional do Turismo: é uma iniciativa governamental, da responsabilidade do Ministério da Economia e da Inovação. Até 2015, servirá de base à concretização de acções para o crescimento sustentado do Turismo nacional e orientará a actividade da entidade pública central do sector, o Turismo de Portugal, I.P. O PENT define as linhas de orientação estratégica para a política de Turismo, com metas e objectivos claros, de forma a criar as condições que permitam ao Turismo contribuir decisivamente para a imagem do país e para o bem-estar da população portuguesa, através da geração de riqueza, da criação de postos de trabalho e da promoção da coesão territorial.

- Tornar Portugal num dos destinos de maior crescimento na Europa, apresentando uma Proposta de Valor fundamentada em características distintivas e inovadoras do país;
- Desenvolver o Turismo através da qualificação e competitividade da oferta, primando pela excelência ambiental e urbanística, pela formação dos recursos humanos e pela modernização empresarial e das entidades públicas;

- Atribuir ao Turismo uma importância crescente na economia, constituindo-o como um dos motores do desenvolvimento social, económico e ambiental a nível regional e nacional.

Programa Ambição PME XXI:¹⁹ criados ou reforçados os seguintes programas de apoio às empresas, designadamente pequenas e médias empresas:

1. Programa Finicia – Soluções Financeiras para pequenas empresas - O Programa Finicia facilita o acesso ao financiamento à criação de empresas e às empresas de menor dimensão, que tradicionalmente apresentam maiores dificuldades na sua ligação ao mercado financeiro.
2. Sistema de Incentivos às Empresas (QREN - Compete²⁰) – O Sistema de Incentivos ao Investimento das Empresas criado no âmbito da Agenda Operacional Factores de Competitividade do QREN (Programa Compete) disponibiliza apoios financeiros directos à realização de investimentos produtivos e imateriais, com vista à promoção da competitividade, da inovação e da internacionalização.
3. Programa PME Investe - As Linhas de Crédito PME Investe têm como objectivo facilitar o acesso das PME ao crédito bancário, nomeadamente através da bonificação de taxas de juro e da redução do risco das operações bancárias através do recurso aos mecanismos de garantia do Sistema Nacional de Garantia Mútua que suportam até 50% do capital em dívida.
4. Programa PME Consolida - O Programa PME Consolida orçado em 400 milhões de euros tem como objectivo reforçar a estrutura de capitais das empresas, em especial Pequenas e Médias Empresas com o objectivo de apoiar processos de fusão, aquisição e reestruturação empresarial. Neste sentido foram criados dois novos instrumentos de apoio à capitalização de empresas, o FACCE (FACCE – Fundo autónomo de Apoio à Concentração e Consolidação de Empresas) e o FIEAE (Fundo Imobiliário Especial de Apoio às Empresas) e reforçados os instrumentos de capital de risco já existentes.
5. Programa PME Segura - O Programa PME Segura visa reforçar os mecanismos de seguro de créditos através do apoio ao nível das garantias, disponibilizadas pelo sistema nacional de Garantia Mútua ou directamente pelo Estado, permitindo às empresas aceder em condições mais favoráveis aos instrumentos de seguro de crédito disponibilizados pelas empresas seguradoras nacionais.

Programa Operacional do Potencial Humano (POPH)²¹: é em primeira linha a de contribuir para superar o défice de qualificações da população portuguesa, vencendo aquela que é uma das maiores debilidades do nosso capital humano, que concretiza a agenda temática para o potencial humano inscrita no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), documento programático que enquadra a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2007-2013. Com uma dotação global

¹⁹ http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/Ministerios/MEI/Programas_e_Dossiers/Pages/20090424_MEI_Doss_Apoio_Empresas.aspx

²⁰ <http://www.pofc.qren.pt/PresentationLayer/homepage.aspx>

²¹ <http://www.poph.qren.pt/>

aproximada de 8,8 mil milhões de Euros, dos quais 6,1mil milhões de comparticipação, do Fundo Social Europeu, o POPH visa estimular o potencial de crescimento sustentado da economia portuguesa, no quadro das seguintes prioridades:

- Superar o défice estrutural de qualificações da população portuguesa, consagrando o nível secundário como referencial mínimo de qualificação, para todos;
- Promover o conhecimento científico, a inovação e a modernização do tecido produtivo, alinhados com a prioridade de transformação do modelo produtivo português assente no reforço das actividades de maior valor acrescentado;
- Estimular a criação e a qualidade do emprego, destacando a promoção do empreendedorismo e os mecanismos de apoio à transição para a vida activa;
- Promover a igualdade de oportunidades, através do desenvolvimento de estratégias integradas e de base territorial para a inserção social de pessoas vulneráveis a trajectórias de exclusão social. Esta prioridade integra a igualdade de género como factor de coesão social.

Estas prioridades são concretizadas através de tipologias de intervenção distribuídas por 10 eixos, cobrindo áreas como a Qualificação Inicial, a Aprendizagem ao Longo da Vida, a Gestão e Aperfeiçoamento Profissional, a Formação Avançada, a Cidadania e o Desenvolvimento Social:

- Eixo Prioritário 1 – Qualificação Inicial
- Eixo Prioritário 2 – Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida
- Eixo Prioritário 3 – Gestão e Aperfeiçoamento Profissional
- Eixo Prioritário 4 – Formação Avançada
- Eixo Prioritário 5 – Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Activa
- Eixo Prioritário 6 – Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social
- Eixo Prioritário 7 – Igualdade de Género
- Eixo Prioritário 8 – Algarve
- Eixo Prioritário 9 – Lisboa
- Eixo Prioritário 10 – Assistência Técnica

Sistema Nacional de Qualificações: (Decreto-Lei nº 396/2007, de 31 de Dezembro) promove a organização da formação profissional inserida no sistema educativo e no mercado de trabalho, integrando-a com objectivos e instrumentos comuns e sob um novo enquadramento institucional. O SNQ assume como principal desígnio aumentar o nível de qualificação da população portuguesa, dando prioridade à generalização do nível secundário como qualificação mínima da população, bem como a aposta na qualificação de dupla certificação, quer através do aumento e generalização da oferta de cursos de educação

e formação profissional (jovens e adultos), quer através do reconhecimento, validação e certificação de competências de aprendizagens formais, informais e não formais.

Para além destes objectivos, o SNQ visa ainda: estruturar uma oferta relevante de formação inicial e contínua, ajustada às necessidades das empresas e do mercado de trabalho, tendo por base as necessidades actuais e emergentes das empresas e a integração socioprofissional de grupos com particulares dificuldades de inserção; garantir maior eficácia na gestão do financiamento público, salvaguardando o seu alinhamento com as prioridades das políticas de educação e formação profissional.

Para atingir estes objectivos, o SNQ consagra como principais instrumentos:

- o Catálogo Nacional de Qualificações;
- o Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências;
- a Caderneta Individual de Competências.

Carta Educativa²²: é entendida como um instrumento de planeamento e ordenamento da Rede Educativa, cujos objectivos são os de melhorar a educação, o ensino, a formação e a cultura, bem como utilizar eficazmente os edifícios e equipamentos de um determinado território.

A Carta Educativa deverá ainda ser um instrumento fundamental de planeamento que permita aos responsáveis desenvolver uma actuação estratégica no sentido de:

- Orientar a expansão do sistema educativo num determinado território em função do desenvolvimento económico e sociocultural;
- Tomar decisões relativamente à definição de prioridades; à construção de novos empreendimentos; ao encerramento de escolas; à reconversão e adaptação do parque escolar; à optimização da funcionalidade da rede existente e à respectiva expansão;
- Optimizar a utilização dos recursos consagrados à educação;
- Evitar rupturas e inadequações da rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico.

Plano Nacional de Leitura²³: tem como objectivo central elevar os níveis de literacia dos portugueses e colocar o país a par dos nossos parceiros europeus.

É uma iniciativa do Governo, da responsabilidade do Ministério da Educação, em articulação com o Ministério da Cultura e o Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares, sendo assumido como uma prioridade política.

²² <http://www.gepe.min-edu.pt/np4/254.html>

²³ <http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/>

Destina-se a criar condições para que os portugueses possam alcançar níveis de leitura em que se sintam plenamente aptos a lidar com a palavra escrita, em qualquer circunstância da vida, possam interpretar a informação disponibilizada pela comunicação social, aceder aos conhecimentos da Ciência e desfrutar as grandes obras da Literatura.

Um Plano que assuma o desenvolvimento da leitura como uma prioridade política e um desígnio nacional deverá desdobrar-se em várias linhas estratégicas:

- Alargar e diversificar as acções promotoras de leitura em contexto escolar, na família e em outros contextos sociais
- Contribuir para criar um ambiente social favorável à leitura
- Assegurar formação e instrumentos de apoio
- Inventariar e otimizar recursos e competências
- Criar e manter um sistema de informação e avaliação

Plano Tecnológico da Educação (PTE)²⁴: programa de modernização tecnológica da escola portuguesa XVII Governo Constitucional, inicia uma viragem decisiva de encontro ao que realmente importa na Escola: ensinar e aprender.

O PTE tornará a Escola num espaço de interactividade e de partilha de conhecimento sem barreiras, certificará as competências TIC de professores, alunos e funcionários e preparará as nossas crianças e jovens para a sociedade do conhecimento.

A ambição do PTE é a de colocar Portugal entre os cinco países europeus mais avançados em matéria de modernização tecnológica das escolas até 2010.

Plano Nacional de Saúde 2004 – 2010²⁵: define orientações estratégicas com a finalidade de sustentar, política, técnica e financeiramente, uma vontade nacional, dando-lhe um cunho integrador e facilitador na coordenação e intercolaboração dos múltiplos sectores que contribuem para a saúde. Todo o trabalho contemplado no Plano visa três grandes objectivos estratégicos:

- Obter ganhos em saúde, aumentando o nível de saúde nas diferentes fases do ciclo de vida e reduzindo o peso da doença;
- Utilizar os instrumentos necessários, num contexto organizacional adequado, nomeadamente centrando a mudança no cidadão, capacitando o sistema de saúde para a inovação e reorientando o sistema prestador de cuidados;

²⁴ Resolução do Conselho de Ministros n.º 137/2007

²⁵ http://www.dgsaude.min-saude.pt/pns/vol1_1.html

- Garantir os mecanismos adequados para a efectivação do Plano, através de uma cativação de recursos adequada, promovendo o diálogo intersectorial, adequando o quadro de referência legal e criando mecanismos de acompanhamento e actualização do Plano.

Pretende-se a formatação de políticas intersectoriais concertadas, cujo reflexo administrativo será a cooperação interministerial, numa lógica de impacto global para a melhoria da Saúde.

As Estratégias Gerais são: prioridade aos mais pobres; abordagem programática; abordagem com base em *settings* (As escolas, O local de trabalho, As prisões).

Para mais ganhos em saúde de uma forma global, tendo em conta a situação na União Europeia e a situação em Portugal, definem-se como prioritárias as estratégias centradas na família e no ciclo de vida e na gestão da doença ou enfermidades. Existem 41 programas nacionais ligados à Saúde²⁶.

Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral, está incluído no Plano Nacional de Saúde 2004-2010.

As doenças orais, como a cárie dentária e as doenças periodontais, são um sério problema de saúde pública, uma vez que afectam grande parte da população, influenciam os seus níveis de saúde, de bem-estar, de qualidade de vida e são vulneráveis a estratégias de intervenção conhecidas e comprovadamente eficientes.

O quadro conceptual do programa corresponde a uma estratégia global de intervenção assente na promoção da saúde e na prevenção primária e secundária da cárie dentária.

A promoção da saúde e a prevenção da doença, asseguradas pelas equipas de saúde escolar, são o suporte indispensável da intervenção curativa, operacionalizada maioritariamente através de contratualização.

Este processo tem permitido prestar cuidados médico-dentários a grupos de crianças escolarizadas integradas em programa de saúde oral e que desenvolveram cárie dentária

- Mulheres grávidas em vigilância pré-natal no Serviço Nacional de Saúde;
- Pessoas idosas beneficiários do complemento solidário que sejam utentes do Serviço Nacional de Saúde.

O alargamento do programa visa promover a saúde oral das grávidas e dos idosos, diminuindo a incidência e a prevalência das doenças orais nestes dois grupos através da prestação de um conjunto de cuidados de Medicina Dentária, nas áreas de prevenção, diagnóstico e tratamento.

Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)²⁷: que se constitui como um novo modelo organizacional criado pelos Ministérios do trabalho e da Solidariedade Social e da Saúde, é formada por um conjunto de instituições públicas e privadas, que prestam cuidados continuados de saúde e de apoio social. Estas novas respostas promovem a continuidade de cuidados de forma integrada a pessoas em situação de dependência e com perda de autonomia.

²⁶ http://www.dgsaude.min-saude.pt/pns/vol2_42.html

²⁷ http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/Ministerios/MS/Programas_e_Dossiers/Pages/20060421_MS_Doss_Rede_CCI.aspx

São objectivos da RNCCI a prestação de cuidados de saúde e de apoio social de forma continuada e integrada a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência. Os Cuidados Continuados Integrados estão centrados na recuperação global da pessoa, promovendo a sua autonomia e melhorando a sua funcionalidade, no âmbito da situação de dependência em que se encontra.

Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde (PNAAS)²⁸., coordenado pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e pela Direcção-Geral da Saúde (DGS), visa melhorar a eficácia das políticas de prevenção, controlo e redução de riscos para a saúde com origem em factores ambientais, promovendo a integração do conhecimento e a inovação e, desta forma, contribuir também para o desenvolvimento económico e social do país. No PNAAS são propostos Objectivos, Vectores de Intervenção e Acções Programáticas, consubstanciadas em Fichas de Projecto, desenvolvidas em Domínios Prioritários de intervenção.

Constituem Objectivos do PNAAS:

- Intervir ao nível dos factores ambientais para promover a saúde do indivíduo e das comunidades a eles expostos;
- Sensibilizar, educar e formar os profissionais e a população em geral, de forma a minimizar os riscos para a saúde associados a factores ambientais;
- Promover a adequação de políticas e a comunicação do risco;
- Construir uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações Ambiente e Saúde.
- Constituem domínios prioritários do PNAAS: (1) água; (2) ar; (3) solo e sedimentos; (4) químicos; (5) alimentos; (6) ruído; (7) espaços construídos; (8) radiações; e (9) fenómenos meteorológicos.

Uma **Política de Ambiente** nacional é indissociável do modelo de desenvolvimento, em especial, no que se refere aos equilíbrios regionais. Deve ser universal, mas respeitando as diferenças, de modo a ser aplicável a todo o território nacional, à generalidade das actividades, organizações e empresas, contribuindo para o exercício pleno da cidadania ambiental.

Uma Política de Ambiente constitui um referencial do cumprimento dos objectivos, leis, normas e instrumentos que dela emanam, consagrando o direito e o dever de todos os cidadãos participarem na sua construção, na medida do grau de responsabilidade de cada entidade ou agente.

A Política de Ambiente deverá, ainda, potenciar a integração com as outras políticas sectoriais, promovendo e assegurando o desenvolvimento sustentável.

²⁸ <http://www.apambiente.pt/politicambiente/AmbienteSaude/empportugal/Paginas/default.aspx>

Programa para a Juventude²⁹: refere que a problemática da juventude assume, nas sociedades modernas, um carácter estratégico. Isto implica o desenvolvimento de políticas específicas, mas fundamentalmente uma preocupação de transversalidade nas várias áreas de governação, designadamente educação, protecção social e habitação.

No contexto da sociedade portuguesa, moderna e em acelerada mudança, é essencial dotar a juventude portuguesa dos instrumentos necessários para uma activa participação e intervenção social e cívica. O sistema educativo não assegura, naturalmente, todas as respostas, pelo que a educação não formal, nas suas mais diversas formas (associativismo, voluntariado, etc.), ao proporcionar novas oportunidades de formação e de actuação em sociedade, assume um papel fundamental.

Neste sentido, o Governo adopta um conjunto de orientações, a desenvolver e implementar de forma aberta e participada:

- Estimular e incentivar os associativismos juvenil e estudantil, considerando que estes assumem um papel fundamental na promoção da educação não formal dos jovens;
- Estimular a criação dos Conselhos Municipais de Juventude, tendo em conta as experiências positivas, que um pouco por todo o País têm proliferado;
- Incentivar a mobilidade geográfica dos jovens em Portugal e na Europa, nos âmbitos educativo, do mercado de trabalho ou do lazer;
- Apoiar o empreendedorismo jovem, nomeadamente através da progressiva introdução do empreendedorismo na estrutura curricular dos diferentes níveis de ensino;
- Combater a precariedade do emprego jovem, fenómeno que tem dificultado a emancipação e a especialização profissional, e desincentivado a formação e a qualificação;
- Facilitar o acesso dos jovens à habitação, como forma de estimular uma juventude emancipada, mais confiante, participante e dinâmica.

Programa para o Desporto³⁰: menciona que a lei constitucional portuguesa reconhece o direito de todos à cultura física e ao desporto e impõe ao Estado, por si e em parceria, a obrigação de promover, estimular, orientar e apoiar a actividade desportiva.

É uma noção de serviço público do desporto que deve ser acolhida na definição dos valores centrais da política desportiva em Portugal e nesta, como noutras áreas de actividade, em cooperação com os cidadãos e a sociedade, ou seja, com todos os agentes desportivos.

O fomento da actividade desportiva infanto-juvenil, o reforço da sustentabilidade organizativa e financeira do movimento associativo, a luta contra as práticas irregulares na competição, a protecção da saúde dos praticantes, a luta contra a dopagem, a garantia de transparência e verdade na gestão desportiva são alguns

²⁹ <http://www.sejd.gov.pt/PresentationLayer/conteudo.aspx?menuid=49&exmenuid=6>

³⁰ <http://www.sejd.gov.pt/PresentationLayer/conteudo.aspx?menuid=50&exmenuid=49>

dos eixos prioritários a desenvolver, no respeito pelos valores próprios da prática desportiva na sociedade livre e democrática em que vivemos.

Mais e melhor desporto para mais cidadãos significará aumentar os índices de prática desportiva, formar na escola e desenvolver no movimento associativo, garantindo igualdade de acesso às actividades desportivas sem discriminações sociais, físicas ou de sexo.

A dimensão moderna do desporto, o seu enquadramento sócio-económico e as exigências crescentes do seu financiamento obrigam a uma reafirmação permanente dos valores da ética, da equidade e da solidariedade, assumidos pelo Estado e seus parceiros.

A Lei de Bases do Desporto, recentemente aprovada, não serve estes objectivos nem contribui para a resolução dos problemas do desporto português. Ignorou a realidade, marginalizou o movimento associativo e esqueceu a crescente importância das autarquias locais no desenvolvimento desportivo nacional. Ora, é justamente na coexistência, parceria e colaboração entre o Estado e o movimento associativo que assenta a realidade do desporto em Portugal, de que as escolas e os clubes devem ser a base.

Programa Operacional da Cultura³¹: constitui um instrumento importante de concretização da política de desenvolvimento e de coesão económica e social, integrando o Eixo 1 do Programa de Desenvolvimento Regional para Portugal, para o período de 2000 a 2006.

A linha de força deste Programa é a consideração de que a cultura, enquanto veículo de desenvolvimento do potencial humano, contribuirá decididamente para a qualificação dos recursos humanos, numa perspectiva de valorização da pessoa em toda a sua plenitude, mas também, constitui um factor de criação de riqueza e de emprego, pelo impacto que tem em várias actividades económicas.

A estratégia subjacente às actuações previstas no Programa Operacional da Cultura assenta em dois objectivos essenciais:

- Reforçar a cultura como factor de desenvolvimento e de emprego;
- Promover um maior equilíbrio espacial no acesso à cultura.

Reforçar a valorização do património histórico e cultural numa perspectiva de desenvolvimento económico é prioritariamente uma aposta estratégica na criação de emprego e de riqueza mas também na preservação dos valores intrínsecos aos bens patrimoniais.

É essencial para se atingir este objectivo, aproveitar a riqueza do nosso País em termos de monumentos, museus, acervos documentais e artísticos, acumulados ao longo de oito séculos de história.

Por outro lado, a divulgação da cultura junto das populações permitirá promover a igualdade de oportunidades, quer as económicas e decorrentes dos desequilíbrios espaciais no acesso a bens e serviços quer as que resultam das desigualdades estruturais ao nível da educação e formação básica.

³¹ <http://poc.min-cultura.pt/new//index.php?option=content&task=view&id=87&Itemid=100>

Além disso, permitirá disponibilizar ao público, através dos novos meios de comunicação, um importante acervo documental de carácter histórico e cultural – existente junto de bibliotecas, arquivos e outras entidades - cujo volume é difícil quantificar e que em termos qualitativos é extremamente importante para o alargamento do acesso generalizado ao público, correspondendo a um salto qualitativo muito significativo, em termos de utilização das novas tecnologias da informação para divulgação cultural.

Assim, os eixos estratégicos deste Programa Operacional dirigidos à consecução dos objectivos traçados são os seguintes:

- Valorizar o património histórico e cultural;
- Favorecer o acesso a bens culturais